

ANAIIS

5ª Fórum Estadual de
MUSEUS

*Museu: Instituição
permanente, acessível
e inclusiva.*



ANAIIS

5ª Fórum Estadual de
MUSEUS

*Museu: Instituição
permanente, acessível
e inclusiva.*

Isabelly de Andrade Pompeu
Roberta Fraga Machado Gomes
Emily Cristine Barbosa dos Santos

Organização



EXPEDIENTE

GOVERNO DO CEARÁ

Governador do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretária da Cultura

Gecíola Fonseca Torres

Secretário Executivo da Cultura

Rafael Cordeiro Felismino

Chefe de Gabinete

José Viana Lavor Júnior

Assessoria de Projetos Especiais

Valéria Márcia Pinto Cordeiro

Assessoria Jurídica

Vitor Melo Studart

Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria

Renata Nunes Pereira Melo

Assessoria de Comunicação

Elídia Vidal Brugiolo

Thais Martins Bezerra

Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória

Jéssica Ohara Pacheco Chuab

Coordenadoria de Política Para as Artes

Selma Maria Santiago Lima

Coordenadoria de Formação Livro e Leitura

Ernesto De Sousa

Gadelha Costa

Coordenadoria de Cinema e Audiovisual

Camila Vieira Da Silva

Coordenadoria de Diversidade Acessibilidade e Cidadania Cultural

Dediane Sousa

Coordenadoria da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará

Caio Anderson Feitosa Carlos

Coordenadoria de Economia Criativa e Fomento Cultural

Raquel Santos Honório

Coordenadoria de Articulação Regional e Participação

Francisco Fábio Santiago

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento

Patrícia Maria Apolônio de Oliveira

Coordenadoria Administrativo-Financeira

Débora Varela Magalhães

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Governança Digital

Everton Krystian Vieira Rodrigues

EQUIPE DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO CEARÁ

Isabelly de Andrade Pompeu
Roberta Fraga Machado Gomes
Emily Cristine B. dos Santos

COLABORAÇÃO E APOIO TÉCNICO DO SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO CEARÁ

Artur Alves de Vasconcelos
Karla Janaína Gonçalves Leite
Yasmine Martins Barbosa
Francisco Weber Pinto Porfírio

EXPEDIENTE DOS ANAIS DO 5º FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS

Organização

Isabelly de Andrade Pompeu
Roberta Fraga Machado Gomes
Emily Cristine B. dos Santos

Revisão Textual

Rejane Costa Barros

Identidade Visual e diagramação

Leandro Ferreiras
(Minderama.design)

Produção Editorial

Adriano Souza
Aterlane Martins



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

Apresentação do Anais do 5º FEM/CE, Isabelly Pompeu	07
A importância da participação social para o fortalecimento das políticas públicas museais brasileiras, Michel Correia	08
Dialogar para construir, Geciola Fonseca Torres	12

2. ETAPA PREPARATÓRIA

Cursos Preparatórios para o 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará - 5º FEM/CE	14
Gestão e Planejamento em Museus	17
Legislação museal e Participação Social	18
Diversidade e Acessibilidade em Museus	20

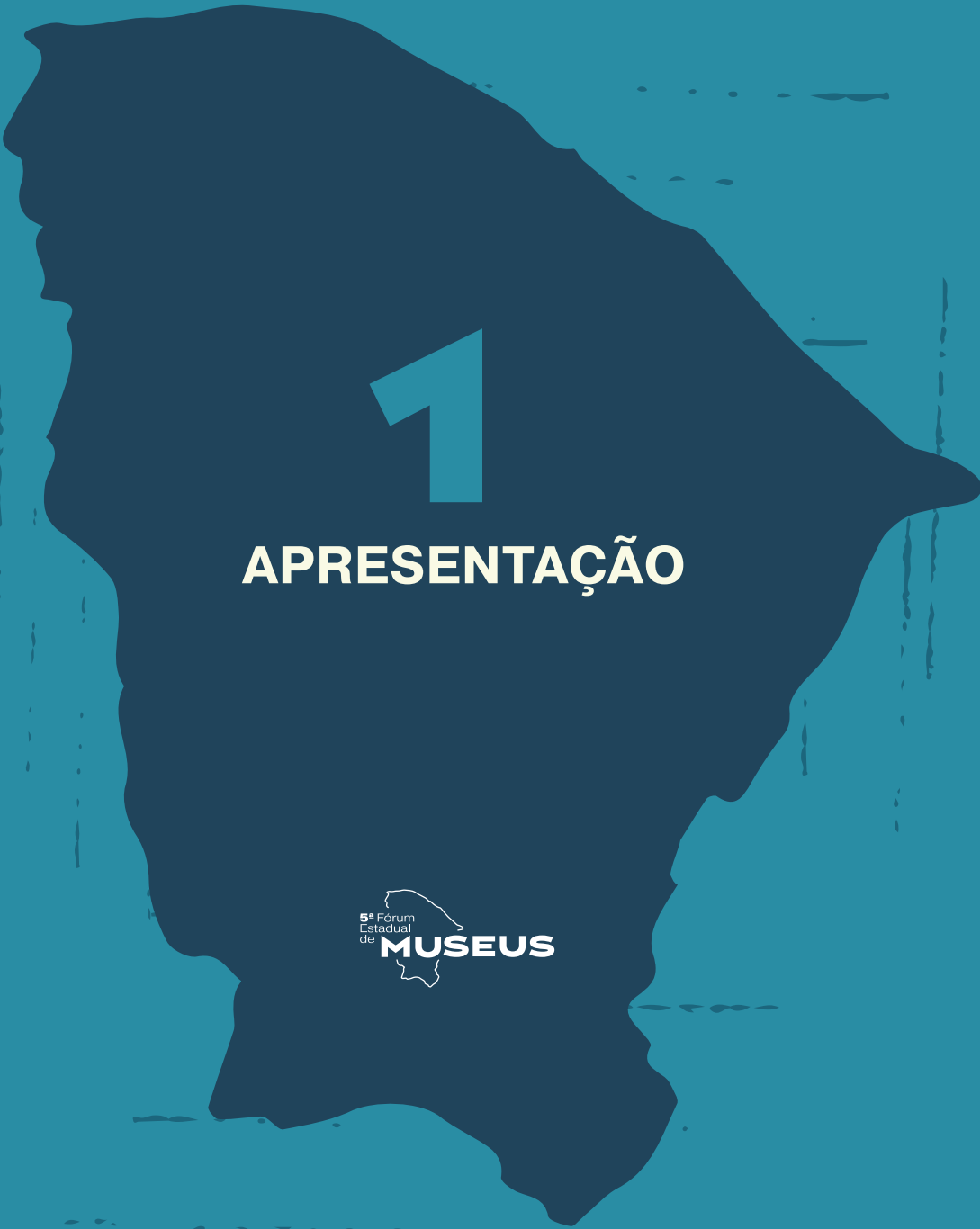
3. PROGRAMAÇÃO ILUSTRADA

4. REFLEXÕES COMPARTILHADAS

Gestão e Planejamento do Campo Museal Brasileiro: Novas Perspectivas, Joel Santana da Gama, Diretor de Difusão, Fomento e Economia de Museus Instituto Brasileiro de Museus	22
Legislação museal e participação social, Saulo Moreno Rocha, Museólogo-educador no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc/UFC)	25
O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e as suas principais ações, Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, Coordenador do SEM/SC	69

Plataforma de Museus de Pernambuco, Roselia Adriana Barbosa da Rocha, Museóloga da Secretaria da Cultura de Pernambuco	92
O Estatuto de Museus e a nova definição de museu do ICOM, Letícia Julião, Professora de Museologia, Universidade Federal de Minas Gerais	96
Algumas palavras sobre igualdade, diversidade e inclusão em museus ou mais uma passagem breve e feliz pelo Ceará, Mona Nascimento, Museóloga, Professora Substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia	103
“Nós também somos museus recheados de memórias”: Museu da Boneca de Pano, a materialização de um sonho de museu comunitário, Liduína Maria L. Rodrigues, representante da Rede Cearense de Museus Comunitários - RCMC	111
A Rede de Educadores de Museus do Ceará no 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará: diálogos pela educação em museus, Natália Maranhão, representante da Rede de Educadores de Museus do Ceará, REM-CE	113
5. RESUMOS DOS GRUPOS DE TRABALHO	119
Grupo de Trabalho 1 - Políticas Públicas para o Campo Museal	120
Grupo de Trabalho 2 - Gestão de Museus e Inclusão Social	123
Grupo de Trabalho 3 - Educação Museal	126
Grupo de Trabalho 4 - Museologia Social e Diversidade	132
6. PLENÁRIA FINAL E ENCAMINHAMENTOS	137





1

APRESENTAÇÃO

5º Fórum
Estadual
de
MUSEUS

APRESENTAÇÃO DO ANAIS DO 5º FEM/CE

Isabelly Pompeu

Supervisora do Núcleo de Monitoramento
do Sistema Estadual de Museus e Arquivos
- Coordenadoria de Patrimônio Cultural
e Memória da Secretaria da Cultura do
Estado do Ceará

É com enorme alegria que o Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE) apresenta os anais do 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará (FEM/CE), com o tema “Museus: instituição permanente, acessível e inclusiva”, realizado entre os dias 25 e 27 de outubro de 2023. A programação ocorreu presencialmente nos municípios de Fortaleza e Aratuba, além de transmissão ao vivo no canal da Secult Ceará no YouTube.

O Fórum Estadual de Museus do Ceará passa a ser um evento bienal, possibilitando assim um diálogo contínuo entre a comunidade museológica, a sociedade civil, os museus cearenses e seus órgãos de gestão. A realização do 5º Fórum Estadual de Museus teve como coordenação o SEM/CE através do Núcleo de Monitoramento do Sistema Estadual de Museus e Arquivos (NUSEM) vinculado à Coordenadoria de Patrimônio Cultural e Memória (COPAM) da Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT/CE).

O 5º FEM/CE contou com diferentes vozes, por meio da participação de estudantes, representantes e profissionais da área, de várias regiões do estado, propiciando uma ampla discussão sobre variadas temáticas em torno do campo museal cearense. Participaram do fórum representantes do Conselho Internacional de Museus (ICOM), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), da Rede de Educadores em Museus do Brasil (REM/BR), da Rede de Educadores em Museus do Ceará (REM/CE), da Rede Indígena de Memória e Museologia Social (RIMMS), do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM/SP), do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), do Sistema Estadual de Museus de Pernambuco (SEM/PE), do Grupo de



Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC), da Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC), da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social, do Museu Jenipapo Kanindé, do Museu Kanindé, do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC/UFC) e da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (SEPINCE), além de representantes da SECULT/CE, de espaços da Rede Pública de Equipamentos Culturais do Ceará (RECE), do Instituto Mirante de Cultura e Arte e do Instituto Dragão do Mar.

Além das discussões para o campo dos museus, o seu alcance e as suas conexões, o 5º Fórum Estadual de Museus possibilitou um encontro de experiências, com uma vivência em território onde se localiza o Museu Indígena Kanindé, no município de Aratuba, o primeiro museu indígena do Ceará. A dinâmica da experiência de visita instigou a participação dos participantes, oportunizou um estimulante diálogo, constituindo interações entre diferentes visões em prol de uma retomada das políticas públicas do setor museal.

A necessidade de mudanças indicadas durante os debates ocorridos no 5º FEM/CE, representa o grande desafio para a construção de um presente digno para as instituições museológicas. Com três dias de Fórum, esta publicação traz o resumo das participações dos convidados que fizeram parte da programação: Michel Correia, Joel Santana da Gama, Letícia Julião, Liduína Maria L. Rodrigues, Mona Nascimento, Natália Maranhão, Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, Roselia Adriana Barbosa da Rocha, Saulo Moreno Rocha. Além disso, são publicados os resumos dos Grupos de Trabalho:

- 1** - Políticas públicas para o campo museal;
- 2** - Gestão de museus e inclusão social;
- 3** - Educação Museal;
- 4** - Museologia Social e Diversidade.

Esperamos que esses anais possam colaborar para que as reflexões continuem, os diálogos se fortaleçam, bem como o campo permaneça coeso e unido para garantir que os museus se mantenham como espaços democráticos, abertos à sociedade, acessíveis e inclusivos, sendo, portanto, referências para o futuro.



A realização do fórum foi indispensável para importantes encaminhamentos e propostas que serão essenciais para organização do campo museal no estado do Ceará, mirando o 8º Fórum Nacional de Museus, que acontecerá em Fortaleza, em novembro de 2024.

E por fim, aproveitamos a oportunidade para agradecer, mais uma vez, a participação de todas as pessoas, palestrantes, participantes e demais parceiras e parceiros que colaboraram para o êxito do 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O FORTELECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUSEAIS BRASILEIRAS

Michel Correia

Servidor do IBRAM e atualmente Chefe da
Assessoria de Relações Institucionais.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) teve a alegria de participar do 5º Fórum Estadual de Museus, realizado em setembro de 2023, em Fortaleza/CE, e pôde presenciar o resultado de um esforço das equipes da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará em promover um espaço de escutas, trocas, fortalecimento e de valorização do campo museal na região. E esse espaço aconteceu em um ano especial: de defesa do Estado democrático de direito, de reconstrução do Ministério da Cultura e de retomada das políticas públicas museais e, claro, de um novo governo do Presidente Lula.

O IBRAM realizará o Fórum Nacional de Museus (FNM), depois de 7 anos (o último ocorreu em 2017, na cidade de Porto Alegre), trata-se do maior espaço de participação social do setor museal, com o objetivo de avaliar e elaborar, de forma coletiva, as políticas públicas do setor museal brasileiro. Pela primeira, o FNM acontecerá em diferentes equipamentos culturais da cidade de Fortaleza/CE. A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e a Universidade Federal do Ceará (UFC) são as nossas parceiras na construção do evento. Além disso, a sociedade civil (redes, movimentos e entidades) integrou, também pela primeira vez, um grupo de trabalho para discutir e apresentar a proposta de programação do evento.

Nesse sentido, com a retomada do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), uma política nacional de integração das diferentes esferas de governo voltada para a implementação e elaboração conjunta das políticas públicas setoriais, lançamos o Programa (Re)conexões. O objetivo do Programa é de realizar, em conjunto com as unidades da federação, atividades de



discussão e elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus 2024-2034, a ser definido no 8º FNM e o novo Cadastro Nacional de Museus (CNM), ferramenta que reúne informações de mais de 3900 museus do país e que logo vai incorporar mais de 500 Pontos de Memória em sua base.

O CNM vai também incorporar ferramentas de gestão como um espaço para as atividades de fiscalização e gestão de risco dos museus brasileiros, um cadastro de agentes para participação social, espaços para realização e divulgação de pesquisas, para o Registro de Museus e para os Sistemas Estaduais e Municipais de Museus. Essa plataforma também é integrada à Brasileira Museus, que divulga os acervos digitais dos museus e dos Pontos de Memória do Brasil, constituindo-se como o pontapé inicial para a criação de uma Rede Latinoamericana e Caribenha de Museus, que vem sendo construída com países parceiros. A Rede já lançou a plataforma Mexicana e tem outras em construção, com apoio e uso de tecnologia e expertise do Brasil.

Por fim, tendo em vista a necessidade de institucionalizar cada vez mais esses espaços de construção coletiva, ampla, diversa, democrática e participativa e considerando o desejo do IBRAM em fortalecer essas ações, desejamos vida longa ao Fórum Estadual de Museus do Ceará e que seja inspiração para os demais estados, ou melhor, parceiros.

Sigamos juntos, celebrando os 15 anos do IBRAM, os 20 anos da instituição da Política Nacional de Museus e da criação do Sistema Brasileiro de Museus no fortalecimento das políticas públicas museais brasileiras!

DIALOGAR PARA CONSTRUIR

Gecíola Fonseca Torres

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura, realizou o 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará (FEM/CE). Com o tema “Museu: instituição permanente, acessível e inclusiva”, o fórum promoveu a colaboração entre os diversos atores da comunidade museológica, a sociedade civil e os órgãos de gestão, sendo uma oportunidade de institucionalizar os mecanismos de planejamento, garantindo o diálogo como método e a democracia como fundamento.

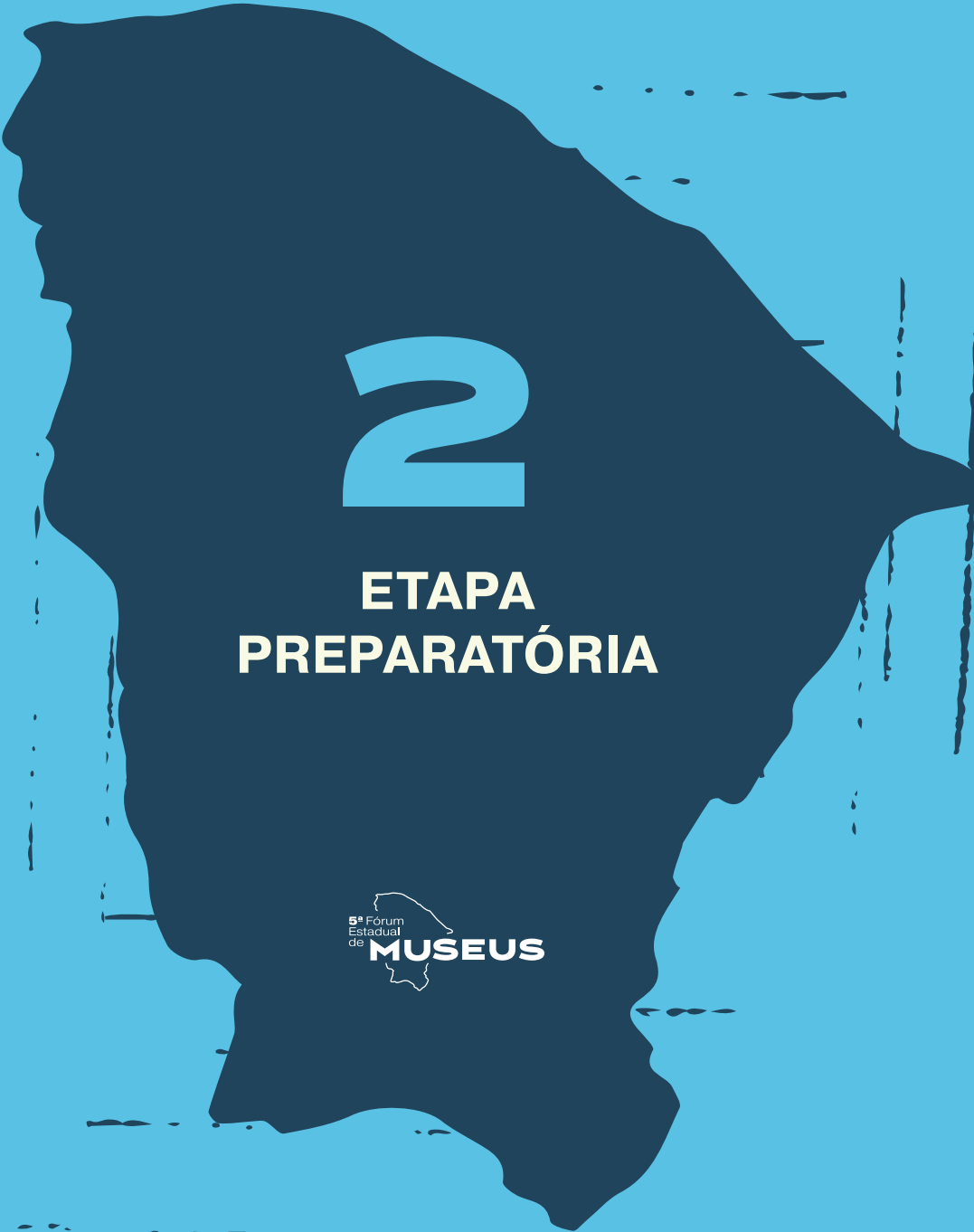
O 5º Fórum marca um ponto crucial na atualização e no fortalecimento da política de patrimônio e de espaços museais e de memória, para que esses locais ocupem o devido lugar que merecem, considerando a importância da preservação da nossa memória e da nossa história. O Fórum foi realizado em um período de construções e pactuações, com a realização da 4ª Conferência Estadual de Cultura, em novembro de 2023, e a 4ª Conferência Nacional de Cultura, em março de 2024. Ainda dentro das políticas museais, também realizamos, em 2023, uma mobilização para atualizar o cadastro do Sistema Estadual de Museus (SEM/CE). Essa atualização teve como objetivo mapear as instituições que compõem o campo museológico no Ceará, oferecendo um panorama da realidade das condições, potências e desafios das entidades.



É importante ressaltar que a partir de 2023, vivemos um período inédito de volume de recursos investidos nas políticas públicas de cultura, inclusive em âmbito federal, com a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc, que prevê um repasse continuado de recursos por cinco anos. Mas, investimento sem política, sem pensamento e sem estratégia não constrói ações consistentes. Munidos das informações coletadas e escutas realizadas, garantindo o diálogo e aproveitando os espaços de pactuações entre o governo federal, estadual, municipal e a sociedade civil, como este Fórum, podemos traçar um plano de ação estratégico para os próximos passos dessa construção coletiva, entendendo a política de patrimônio como algo imprescindível para a manutenção da nossa história e das nossas identidades, numa perspectiva de presente e futuro.

Neste catálogo, testemunhamos o compromisso renovado de reconectar a rede de gestores estaduais, municipais e sociedade civil, cada um contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de Cultura, entendendo a importância de cada um nessa construção. Sejam parte deste diálogo, celebrando nossa cultura e fortalecendo nossas instituições museológicas.





2

**ETAPA
PREPARATÓRIA**

5º Fórum
Estadual
de **MUSEUS**



Programação dos cursos preparatórios para o 5º
Fórum Estadual de Museus do Ceará - 5º Fem/CE

Gestão e Planejamento em Museus

Graciele Siqueira

O curso preparatório “Gestão e Planejamento em Museus” com Graciele Siqueira ocorreu nos dias 13 e 14/10 de 2023, nos turnos manhã e tarde, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Foi apresentado aos participantes noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas, Estatuto Brasileiro de Museus, Códigos de conduta ética dos profissionais de museus, análise do instrumento “Plano Museológico”; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções, noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade e princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus.

Plano Museológico na Prática

- Não terceirize a elaboração dos documentos, eles precisam estar alinhados à realidade e às condições da equipe;
- O beneficiário final do planejamento será os visitantes/usuários/clientes/comunidade, as equipes, o acervo e o prédio/território.
- O plano museológico, como todos os processos gerenciais, é um meio para se atingir um fim, não um fim em si mesmo.
- Participe constantemente de formações sobre o tema, temos sempre algo novo a aprender;
- Não existe a "maneira certa" / "receita de bolo" para preparar o Plano Museológico;
- Quando planejamos, ganhamos tempo e qualidade de vida (pessoal e profissional)!

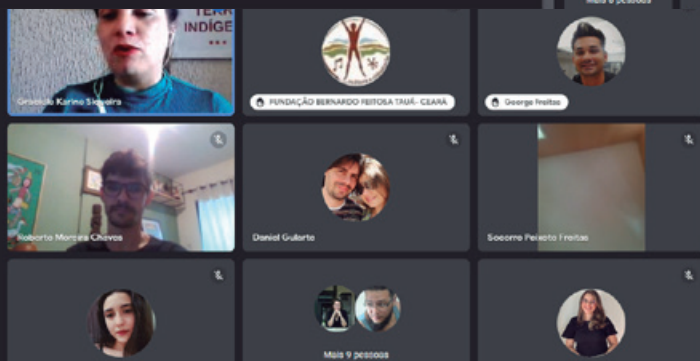
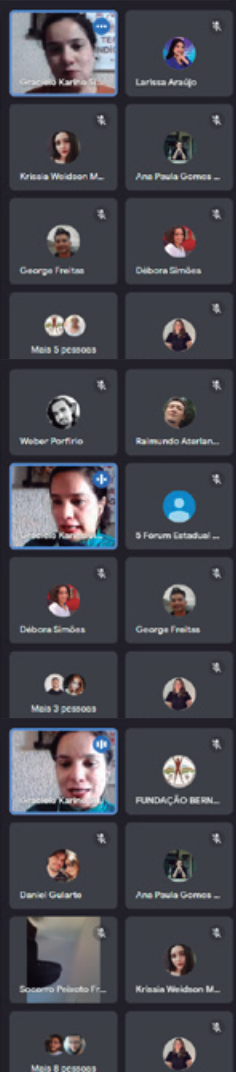
Apresentação da Oficina

Noções de gerenciamento de museus e de coleções museológicas; Estatuto Brasileiro de Museus; Códigos de conduta ética dos profissionais de museus; análise do instrumento "Plano Museológico"; composição dos recursos humanos e estruturação espacial das coleções; noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade; princípios de segurança física e informacional das coleções que compõem os museus.

Objetivo Geral: Familiarizar o participante com as questões teóricas e práticas que norteiam a gestão de museus e de coleções museológicas. Capacitar para o planejamento e execução de programas eficientes de aquisição, salvaguarda e comunicação de coleções museológicas em suas diversas manifestações.

O que o planejamento proporcionará?

- Finalidade - Para que estamos aqui?
- Quem - Para quem estamos aqui?
- Direcionamento - Para onde estamos indo?
- Estratégia - Como vamos chegar lá?
- Sustentabilidade - Como vamos pagar por isto?
- Avaliação - Como estamos progredindo?





Programação dos cursos preparatórios para o 5º
Fórum Estadual de Museus do Ceará - 5º Fem/CE

Legislação Museal e Participação Social
Saulo Moreno

O curso preparatório “Legislação museal e a Participação Social” com Saulo Moreno ocorreu nos dias 18, 19 e 20/10 de 2023, no turno da manhã das 8h às 12h, no curso foi abordado a história do campo museal brasileiro e a constituição de seus principais marcos legais, com ênfase na importância da legislação para a garantia do controle e participação social nos museus, bem como para a profissionalização e aprimoramento dos serviços prestados à sociedade. E também, as principais políticas públicas do setor, com ênfase na Política Nacional de Museus (PNM) e seus desdobramentos, como a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a publicação do Estatuto de Museus e a constituição de projetos e programas de destaque no setor.

Legislação Museal e Participação Social

SAULO MORENO ROCHA

Acervo x Coleção

Acervo – Bens culturais móveis isolados, em conjunto ou em coleções, patrimonialmente incorporados por uma pessoa física ou jurídica. (3) Pode ser composto por várias coleções e/ou por vários itens.

Coleção – Agrupamento de bens com a mesma motivação, seja ela temática, tipológica, locacional etc. (3) Pode ser institucionalizada ou pertencer a um colecionador privado. (4) Pode estar distribuída em diferentes acervos.

Política Nacional de Patrimônio Material, IPHAN, 2018

Participants in the meeting include: Saulo Moreno Rocha, Taina Kássia, Sandra Valéria, Izabelina Cargot, Tito Guade, Hitilo Pandit (Pandit), and others.



Programação dos cursos preparatórios para o 5º
Fórum Estadual de Museus do Ceará - 5º Fem/CE

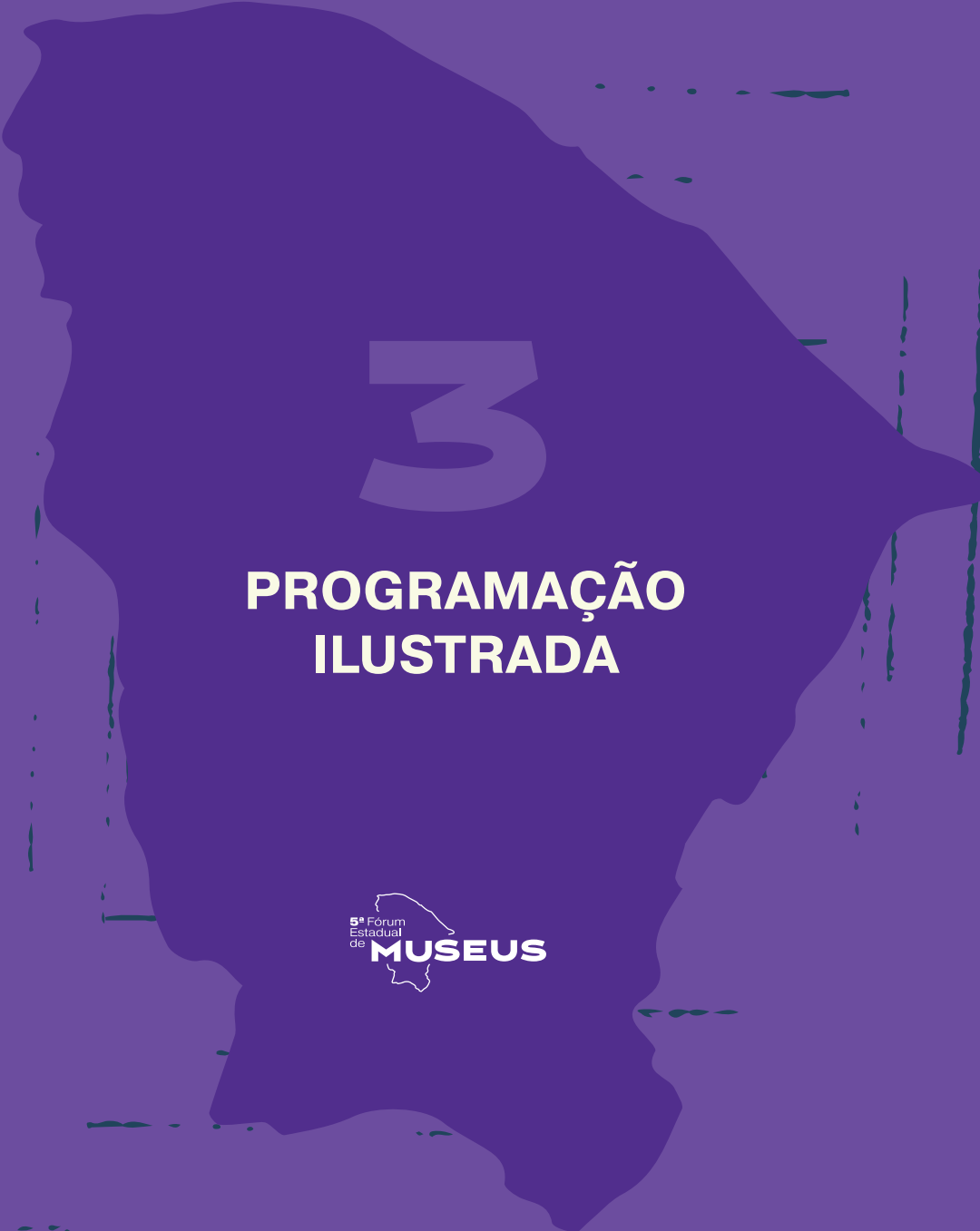
Diversidade e Acessibilidade em Museus

Tony Boita e Vinícius Scheffer

O curso preparatório, “Diversidade e Acessibilidade em Museus” com Tony Boita e Vinicius Scheffer, ocorreu nos dias 16, 17, 18 e 19/10 de 2023, turno tarde. Nos dias 16 e 17/10 de 2023, turno tarde das 14h às 17h, com o facilitador Tony Boita a temática, “Preservando e Difundindo Memórias LGBTQIA+” teve como objetivo promover reflexões teóricas e práticas a partir dos estudos da Museologia LGBTQIA+.

E nos dias 18 e 19/10 de 2023 das 14h às 17h, com o facilitador Vinicius Scheffer discutimos conceitos básicos da Legislação para a acessibilidade em museus, nomenclaturas, processos históricos e como estruturar o programa de acessibilidade para museus, entendendo os pontos metodológicos, recursos financeiros e gestão que se conectam com os outros programas dos museus como acervo, educativo, pesquisa, produção e comunicação.





3

**PROGRAMAÇÃO
ILUSTRADA**

5º Fórum
Estadual
de **MUSEUS**

PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Complexo Cultural Estação das Artes

8h

Credenciamento e café da manhã





PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Complexo Cultural Estação das Artes

8h30 às 9h20

Apresentações Artísticas

Orquestra de Barro (Aquiraz)

Afoxé Acabaca (Fortaleza)





PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Auditório da Pinacoteca do Ceará

9h30 | Abertura institucional

Com Rian Fontenele (Gestor da Pinacoteca do Ceará), Jéssica Ohara (Copam Secult Ceará), Tiago Santana (Diretor-Presidente do Instituto Mirante de Cultura e Arte) Michel Correia (IBRAM), Rachel Gadelha (Diretora-Presidente do Instituto Dragão do Mar) e Luisa Cella (Secretária da Cultura do Ceará).





PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Auditório da Pinacoteca do Ceará

10h às 11h | Mesa “O lugar do Ceará na elaboração de políticas públicas para os museus”

Com Luisa Cella, Secretária da Cultura do Ceará, Isabelly Pompeu (Secult Ceará) e mediação de Jéssica Ohara (COPAM Secult Ceará) e Cristina Holanda (Museu Ferroviário João Felipe e GEPPM)



PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Auditório da Pinacoteca do Ceará

11h às 12h30 | Mesa “Sistemas em conexão: diálogos entre os sistemas de museus”

Com Michel Correia (SBM - Sistema Brasileiro de Museus), Renata Cittadin (SISEM/SP - Sistema Estadual de Museus de São Paulo), Renilton Assis (SEM/SC - Sistema de Museus de Santa Catarina), Roselia Adriana Rocha (SEM/PE - Sistema de Museus de Pernambuco) e mediação Weber Porfírio (Museu do Ceará)



PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Mercado AlimentaCE

12h30 às 13h30 | Almoço no Mercado AlimentaCE

Com Grupo de Choro Não insistas, rapariga!



PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Pinacoteca do Ceará

14h às 15h | Mesa “O Estatuto de Museus e a nova definição de museu”

Com Letícia Julião (ICOM), Átila Tolentino (IBRAM) e mediação de Ana Lourdes Costa (MIS Ceará).



PROGRAMAÇÃO 1º DIA | 25 DE OUTUBRO DE 2023

Pinacoteca do Ceará

15h às 17h | Mesa “Museus como espaços de igualdade, diversidade e inclusão”

Com Tony Boita (Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social), Aires. (Trair o CISTema - MIS Ceará), Mona Nascimento (REM BR), Lara Lima (GT Acessibilidade da Secult Ceará) e mediação de Mayara Lacal (Instituto Mirante de Cultura e Arte)



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

8h | Credenciamento e café da manhã

Com apresentação Sequência Raiz Feminina por Kelly Brown



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

9h às 10h | Mesa “Planejamento do campo museal cearense: caminhos possíveis”

Com Joel Santana (IBRAM), Rafael Felismino (Secult Ceará), Jéssica Chuab (COPAM Secult Ceará) e mediação de Roberta Machado (SEM-CE) (Sala Imersiva do MIS)







PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

10h às 12h30 | Mesa “Rearticulação do campo museal cearense: memória, museologia social e educação museal”

Com Preá Jenipapo (Museu Jenipapo Kanindé - Aquiraz, Rede Indígena de Memória e Museologia Social - RIMMS), Suzenilson Kanindé (Museu Kanindé - Aratuba, Rede Indígena de Memória e Museologia Social - RIMMS), Liduína Rodrigues (Rede Cearense de Museus Comunitários - RCMC), Natália Maranhão (Rede de Educadores de Museus do Ceará - REM CE, Fortaleza) e mediação de João Paulo (MIS Ceará) e Yasmine Martins (Museu do Ceará)



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

12h30 às 13h30

Almoço livre

14h às 17h | Grupos de Trabalho (GTs)

GT 1 - Políticas públicas para o campo museal

Mediação: Cristina Holanda (Museu Ferroviário João Felipe e GEPPM)

Relatoria 1: Luiza Helena Amorim Coelho Cavalcante (Membro GEPPM/UFC)



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

14h às 17h | Grupos de Trabalho (GTs)

GT 2 - Gestão de Museus e Inclusão Social

Mediação: Raquel Caminha (Museu do Ceará)

Relatoria 2: Hildebrando Maciel (Membro GEPPM/UFC)



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

14h às 17h | Grupos de Trabalho (GTs)

GT 3 - Educação Museal

Mediação: Natália Maranhão (Rede de Educadores de Museus do Ceará - REM CE)

Relatoria 3: Adson Rodrigo/GEPPM



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

14h às 17h | Grupos de Trabalho (GTs)

GT4 - Museologia Social e Diversidade

Mediação: Janaína Ilara (Arquivo do Ceará)

Relatoria 4: Pedro Paes (Membro GEPPM/UFC)



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

17h às 17h30 | Coffee Break

17h às 18h | Plenária e encaminhamentos

Com Secult Ceará (COPAM) e Sistema Estadual de Museus



PROGRAMAÇÃO 2º DIA | 26 DE OUTUBRO DE 2023

Museu da Imagem e do Som do Ceará - MIS CE

18h | Encerramento

Com apresentação de Toré Jenipapo Kanindé e Coco da Dona Geralda









PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)



PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

6h30 | Concentração

Saída na Praça João Gentil (Benfica)

7h | Saída

Para o Museu Kanindé



PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

10h às 12h | Toré no Sítio Fernandes







PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

10h às 12h | Visita mediada ao Sítio Fernandes





PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

12h às 13h30 | Almoço

Escola Indígena Kanindé



PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

13h30 às 15h | Roda de Conversa “Museologia Social e Educação Museal pela memória e reexistência” Na Escola Indígena

Com Antônia Kanindé (SEPINCE), Nyela Jenipapo (Museu Jenipapo Kanindé), Saulo Moreno (Museu de Arte da UFC - MAUC-UFC - COREM 1R), Mona Nascimento (REM BR) e mediação de Yasmine Martins (Museu do Ceará)







PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

15h às 16h | Visita mediada ao Museu Kanindé



PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

15h às 16h | Pintura Corporal





PROGRAMAÇÃO 3º DIA | 27 DE OUTUBRO DE 2023

Vivência em Território: Museu Kanindé (Aratuba)

16h às 16h30 | Encerramento

Forró Pé de Serra Juan Torquato (Baturité)

16h45 | Retorno para Fortaleza







4

REFLEXÕES COMPARTILHADAS

5º Fórum
Estadual
de **MUSEUS**

GESTÃO E PLANEJAMENTO DO CAMPO MUSEAL BRASILEIRO: NOVAS PERSPECTIVAS

Joel Santana da Gama

Diretor de Difusão, Fomento e Economia de Museus Instituto Brasileiro de Museus

A nova definição de museus, aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM – Conselho Internacional de Museus, em Praga, na República Tcheca, trouxe um alargamento no conceito, reconhecendo novas formas de atuação do campo museal, e abrangendo temas que traduzem perspectivas voltadas a uma linguagem mais contemporânea da sociedade.

“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”.
(ICOM-BRASIL, 2023)

Assim, a função do museu que antes estava voltada ao tripé de pesquisar, preservar e comunicar, agora é incorporada por temáticas como a educação, a comunidade, a acessibilidade, a sustentabilidade e a ética profissional. Neste sentido, ocorre uma mudança de significância¹ no que se interpreta ser museu, atribuindo-lhes uma configuração que permita que as instituições fortaleçam e ampliem seus diálogos com a sua comunidade.

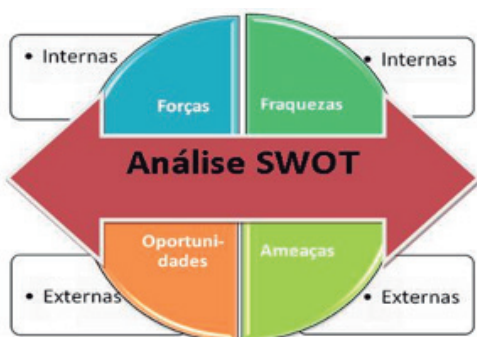
1. A abordagem a partir da Carta de Burra (ICOMOS, 1999) define significância cultural como sendo o “conjunto de valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais para as gerações passadas, presentes e futuras”. E afirma, também, que o objetivo da conservação do bem patrimonial é a manutenção da sua significância, e que esta está incorporada ao sítio propriamente dito, na sua estrutura, no seu uso, no seu entorno, nos significados, nas associações, etc.

Desta maneira, o advento da tecnologia, das novas formas de se comunicar, da inclusão e acesso de grupos socialmente excluídos, da efetivação de direitos e do descortinar da inovação traduzem perspectivas que nos levam a questionar como vamos trabalhar esses temas e estas novas formas de interação, seja ela no ambiente presencial (museus, entornos, territórios, cidades e outros), quanto no ambiente virtual (sites, redes sociais, instrumentos de difusão, dentre outros).

O planejamento é o mecanismo ou ferramenta, mais apropriada para lidar com caminhos incertos, se por um lado, as mudanças seguem um fluxo acelerado de alternâncias, por outro lado, é a partir de uma organização e da reunião de uma série de informações, que se pode observar caminhos e estratégias possíveis perante esta realidade.

Se antes, o planejamento se baseava em perguntas orientadoras definidas como: Para quem? Quando? Onde? Como? No estabelecimento de um objeto comum, este mesmo instrumento de gestão, foi sendo aperfeiçoado por diversas metodologias ao longo do tempo, sendo que uma das formas mais conhecidas é a análise/matriz SWOT, que traduzindo é um sistema que contrabalança elementos e busca identificar no âmbito das questões internas (forças e fraquezas) e no externo (oportunidades e ameaças) para a tomada de um posicionamento.

Análise SWOT



Fonte: Arquivo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.

Contudo, hoje, cabem novas perguntas para as decisões estratégicas de planejamento e gestão de museus, e que requerem atenção, pois planejar não é algo fácil, e necessita muita análise e reflexão a partir de um ponto, buscando criar um caminho de convergência que trace um ou mais objetivos. Assim, essas novas questões que perpassam as instituições museais precisam, primeiramente, apontar para formalizar ou identificar alguns processos fundamentais, que decorrem para saber para onde se quer caminhar.

A institucionalidade é uma primeira visão a ser compreendida, o museu, e cito aqui também, os pontos de memória, as iniciativas comunitárias e populares de museologia social, redes de profissionais, dentre outros, podem querer ter sua formalização, seus registros, seu CNPJ e demais documentos constituintes de sua entidade, como podem querer atuar “informalmente”, na perspectiva de coletivos culturais, de uma atuação mais autônoma e tudo mais. E não há neste sentido, visão certa ou errada, há diferentes formas de se organizar, mas é importante entender que essa maneira de organização, implica em diversos fatores e nas relações sociais e institucionais que estes lugares de memória vão estabelecer com outros agentes de dentro e de fora do setor museal.

O objetivo, o caminho, a perspectiva é outro ponto de atenção para as instituições museológicas. Entender a natureza, a clareza de sua missão e valores para com a sociedade, um papel social empreendido no seu local, para qual finalidade este lugar de memória pretende atuar, auxiliar a pensar decisões e desenhar objetivos que ratifiquem o saber-fazer desta instituição e pode ser propulsor na aproximação e pertencimentos de novos agentes e parceiros.

Um terceiro elemento importante para ser planejado, é a sustentabilidade econômica, ou seja, a viabilidade financeira deste museu é compreender que há uma economia, e que por menos que haja custo na elaboração e execução de uma de suas tarefas se faz necessário a utilização de recursos financeiros, e esta não é uma premissa menor, e necessita observação e previsibilidade, pois ela também é instrumento de segurança, que permite aos seus trabalhadores, as condições viáveis para a execução de seus objetivos.

Para além destes pontos, é imprescindível a observação das novas possibilidades de atuação, e os temas emergentes que surgem, como a atuação em rede, sejam elas, ações colaborativas, o trabalho envolvendo o público do entorno, os grupos sociais inseridos e incluídos pelo museu, numa relação dialógica de construção. O crescente interesse sobre a memória e a

sua preservação de acervos, oriundas de diferentes possibilidades como a criação de cursos de museologia, o fortalecimento da presença dos pontos de memória, dentre outros, mas que apontam por um interesse maior na salvaguarda de acervos, e por conseguinte, nas visitas em reservas técnicas, e plataformas de difusão como o Google and Arts, Tainacan e a Brasileira.

Destarte, a relação com os territórios e a cidade, entendendo que o museu é parte de uma sociedade e que este é agente de mudança social, e na qual pode estabelecer entendimentos, mediações e possibilidades de sua intervenção, pensando na utilização e recriação de espaços abandonados, na presença e/ou apoio aos territórios periféricos, na inclusão das comunidades tradicionais e na formação de distritos criativos, dentre outras possibilidades.

Não obstante, temos também o tema das novas legislações de fomento, que vem associada à imensa capacidade de mobilização que o setor cultural teve frente a Pandemia do Coronavírus de estabelecer e desenhar as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, e que somado à configuração de um novo mandato do Presidente Lula, o reestabelecimento do Ministério da Cultura com um novo decreto de fomento cultural e como também a nova Lei de Licitações 14.133/22, que trazem perspectivas mais abrangentes e descentralizadas na ótica da distribuição dos financiamentos culturais. Numa tentativa de buscar entender como funciona a sustentabilidade nos museus, pensando a partir de diagnósticos, mas também de ferramentas de gestão como o Guia de Sustentabilidade em Museus desenvolvido numa mesa técnica presidida pelo IBRAM² – Instituto Brasileiro de Museus em parceria com o IBERMUSEUS³, buscando trazer esta reflexão e o aprimoramento deste trabalho para dentro das instituições e coletivos.

É neste sentido que toda gestão deve ter um planejamento, e isto requer tempo e um intento de repensar práticas, prospectar análises sobre sua atuação e objetivo, sem nunca perder de foco, as questões vitais para garantir a sua sustentabilidade financeira e a viabilidade de caminhos possíveis, compreendo que [...] um número representativo de atividades econômicas são impactadas pelas atividades dos museus e que os investimentos públicos diretos, programas de subsídios fiscais e demais fontes de financiamento das referidas atividades podem ajudar na dinamização do setor (IBRAM, 2017. p. 156).

2. O IBRAM é autarquia vinculada ao Ministério da Cultura e tem por missão de articular e promover as políticas públicas para o setor museal.

3. O Ibero-museus é o principal programa de cooperação para os museus da Ibero-América, que tem como objetivo promover o fortalecimento das instituições existentes na região.

No Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus do Instituto Brasileiro de Museus, estamos focados em dois grandes objetivos que visam ser instrumentos norteadores de nossas ações e práticas para a gestão 2023-2026. A estruturação do setor, partindo da construção de uma Política Nacional de Economia de Museus, pensando assim, em programas, diretrizes e ações que fortaleçam áreas de atuação e reorganize o setor no Instituto, e criando uma instância de participação social, a fim de ter cada vez mais, efetividade nas elaborações e execuções das políticas públicas. Nessa perspectiva, a economia da cultura aplicada ao setor dos museus, não está vinculada somente aos efeitos quantitativos, abrange questões de ordem imaterial no campo da construção de valores culturais e da diversidade. (IBRAM, 2017. p. 155).

A Política Nacional de Economia de Museus quer ser uma proposição de política e programas para os museus, o patrimônio cultural musealizado, os bens declarados de interesse público e os processos museológicos. Para esta realização, o departamento vem realizando seminários internos e orientados com a participação de todas as suas coordenações, visando entender o campo de atuação e os alcances e limites que esta política deve ter, seja do ponto de vista conceitual, na participação da sociedade, bem como na formulação dos processos para sua execução.

Destaco aqui a importância que é promover a participação social, articular sempre que for possível, em nossas ações, uma escuta, uma consulta, uma manifestação da sociedade sobre temas que trabalhamos e assuntos que desenvolvemos, a fim de aproximar o IBRAM com a sociedade civil organizada em redes, movimentos e/ou coletivos, fortalecendo a presença do Instituto em todo o território nacional.

Embora transpareça objetivos simples, são estes processos organizados que possibilitarão identificar demandas, pensar cronogramas de trabalhos e ajustar prioridades frente as questões que permeiam cada realidade de museus, pontos de memórias, coletivos culturais e iniciativas comunitárias e populares de museologia social.

Assim, nosso desafio é que o setor museal reconheça o Ibram como seu instrumento, sua voz e que se integre neste fortalecimento da autarquia, participe e ative o direito à memória brasileira, pois sabemos que temos o desafio de salvaguardar, promover e fortalecer os museus e a memória brasileira.

REFERÊNCIAS

IBRAM. Museus e a Dimensão Econômica: Da Cadeia Produtiva à Gestão Sustentável. Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade. Brasília. 2017.

ICOM-BRASIL. ICOM Aprova Nova Definição de Museu. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

ICOMOS. Carta de Burra. Austrália: 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2020.



LEGISLAÇÃO MUSEAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Saulo Moreno Rocha⁴

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou um boom de museus e de iniciativas voltadas à memória, à preservação do patrimônio e à divulgação científica. Com uma trajetória de mais de 200 anos de experiências museológicas, chegamos ao Século XXI com um quantitativo significativo de museus – quase 4.000, conforme o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – mas, ainda com alta concentração em grandes cidades e no eixo Sul-Sudeste.

A baixa capilaridade dos museus reflete desigualdades históricas e expõe, lado a lado, nossa museodiversidade (CHAGAS, 2003), mas também nossa museodesigualdade. Ou seja, apesar de inúmeros avanços, especialmente, após a promulgação da Constituição Cidadã (1988), que prevê a garantia de direitos sociais e culturais, vivenciamos ainda disparidades significativas na garantia efetiva de democratização dos meios para a promoção dos bens culturais, da produção cultural e para a preservação das referências simbólicas dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Neste texto, apresentaremos um breve panorama acerca da legislação museal em diálogo com a perspectiva da participação social. Ele é derivado de um minicurso preparatório ministrado nos dias que antecederam o 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará e buscou oferecer subsídios, informações e referências para pensarmos o desenho de políticas públicas e as demandas do campo museal no presente, com foco na implicação e inclusão de um conjunto o mais amplo possível de agentes sociais nas discussões e diretrizes para o setor.

4. Museólogo (COREM 1R 0510-I). Bacharel em Museologia (UFSC), Mestre e Doutorando em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Atua no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc/UFC) desde 2019 e atualmente, exerce a Presidência do Conselho Regional de Museologia – 1ª Região (COREM 1R).

1. Conceitos

Inicialmente, cabe pontuar que o desenvolvimento dos museus no mundo está associado às visões de mundo que precederam e presidiram os processos de musealização. Musealizar significa a produção de um conjunto de operações (pesquisa, seleção, coleta, preservação, documentação, interpretação, comunicação, educação) que possibilitam a emergência e funcionamento dos museus e, para tanto, um primeiro gesto, essencial, envolve a atribuição de valor distintivo a parcelas do mundo, natural e cultural, reconhecidas como representativas de diferentes aspectos que se pretende preservar e compartilhar com as atuais e futuras gerações.

Ao longo dos séculos, dos gabinetes de curiosidades aos museus modernos, alteraram-se significativamente os regimes de valor e os modos de se musealizar. Nem sempre esses processos estiveram orientados para a coletividade e, não poucas vezes, atenderam a interesses e vontades individuais e particulares. Esse processo de abertura à sociedade foi lento, gradual e ainda está em processo, sendo construído dia a dia. Inicialmente, os museus eram pensados e feitos por e para especialistas e detentores do poder político, religioso e social; compreendê-los como instituições abertas aos diferentes públicos, portanto, implicou em uma transformação conceitual profunda, que acompanhou as próprias alterações sociais mais amplas.

Mas, não basta pensarmos na democratização do acesso aos bens culturais. A partir da segunda metade do século XX, ocorreu um importante deslocamento de ênfase nos museus: de instituições dedicadas às coleções, o foco passou às relações entre comunidade, território e patrimônio. Estas ideias estão no cerne no que ficou conhecido como **Nova Museologia**, que tem na Mesa Redonda de Santiago, de 1972, um importante marco. Aqui, trata-se de pensar o museu integral ou integrado, que se envolve profundamente com a vida social, com os dilemas e questões das comunidades a que serve. Os bens culturais passam a ser compreendidos a partir de novos prismas, o que abre novos horizontes de patrimonialização e musealização, mas também de compreensão sobre a função social dos museus.

Assim, fica patente que os museus não existem isoladamente, mas em sintonia com as sociedades e com os agentes que os constroem. Por isso, se pensarmos em participação social, devemos considerar que essa relação não é linear e passou por diferentes enquadramentos, variando em termos geográficos, temporais e sendo atravessado por diversos marcadores sociais. Sociedades participativas, que valorizam o papel dos seus cidadãos

e cidadãs, certamente, produzirão museus muito mais democráticos e participativos, ao passo que sociedades marcadas pelo autoritarismo e pela violência produzirão igualmente museus excludentes e pouco porosos às distintas vozes sociais.

Agora, como podemos compreender a participação social? Cabe pontuar que esse é um conceito que se espalha em diferentes perspectivas, com uma diversidade de compreensões, seja do ponto de vista jurídico-normativo ou teórico, com variações ideológicas e políticas. Aqui, apresentamos o conceito formulado por Carlos Milani, que destaca que:

[...] a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições com o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e pode comportar manipulação. (MILANI, 2008, p. 560).

Ou seja, pensar a participação implica em reconhecer sujeitos de direito, buscando valorizar o protagonismo de diferentes agentes na esfera pública e a potencialidade de exercerem importante papel na construção do presente e do futuro, enfrentando os problemas complexos e que demandam construção coletiva. Como os museus, seus agentes e instituições, têm favorecido tais cenários de engajamento e participação? Cada um de nós tem um papel importante a cumprir neste debate e podemos ter um papel ativo nessa elaboração.

Mas, como podemos compreender um museu? O que o caracteriza e quais funções cumprem numa dada sociedade? Uma resposta fechada é impossível, visto que compreendemos o museu como um fenômeno social, em acordo com Scheiner (2013), para quem ele é “identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, a que denominaremos musealidade”. Ainda segundo a museóloga, a musealidade, como valor atribuído, articula-se com os sistemas de

pensamento e os regimes de valor de cada sociedade, fazendo com que “o que cada grupo social percebe e define como museu pode também mudar”.

Compreendido como múltiplo e com variadas formas de se presentificar, o museu implica em metamorfose, em transformação contínua, em fluxo. Mas, em conexão com uma definição aberta e permeável de museu, existem também as definições operativas, mais ligadas ao âmbito das organizações e do Estado. É importante sinalizar tais compreensões, pois interferem diretamente na dinâmica de organização e funcionamento do universo museal.

Uma primeira definição a ser destacada é a produzida pelo International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus, ICOM), organização não-governamental internacional que congrega museus e seus profissionais. Em 2022, o ICOM aprovou uma nova definição de museu, após longo processo de discussão, que destaca:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (Nova Definição de Museu, 2022).

A definição internacional, apesar de não ter validade jurídica, tem significativo impacto nos contextos nacionais e no ordenamento jurídico dos diferentes países, pois serve como baliza para políticas públicas e para programas de formação profissional. Assim, a nova definição, em comparação com a anterior, de 2007, incorporou questões contemporâneas que a comunidade museológica internacional julgou relevante, como o destaque para a acessibilidade e a inclusão, além da diversidade e a sustentabilidade. Registra-se ainda o aspecto ético e profissional, além do relevo à participação das comunidades nos processos de gestão dos museus.

A definição congrega dois elementos centrais: ela tanto visa dizer o que é, como aponta o que pode ser um museu. Nesse sentido, ela é tanto preditiva como afirmativa.

No Brasil, a definição legal de museu consta da Lei nº 11.904, de 2009, o Estatuto de Museus. Diz a lei que são considerados museus:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

É possível identificar alguns pontos importantes, na comparação entre a atual definição do ICOM e a presente, no texto legal brasileiro: a participação das comunidades está prevista na primeira, enquanto na segunda pode ser subentendida na parte sobre “abertas ao público” e “a serviço da sociedade”. Isso indica avanços no debate sobre o papel da sociedade com relação aos museus e de que modo devem ser organizadas diferentes formas de participação. Também são relevantes nesse cenário, o Código de Ética Para Museus do ICOM e o Código de Ética do Museólogo do Conselho Federal de Museologia (COFEM), pois ambos abordam temáticas referentes à relação dos museus e seus profissionais com a sociedade.

O desenvolvimento das políticas públicas para o campo museal no Brasil ocorreu em sinergia com as mobilizações dos profissionais de museus e com o processo de redemocratização, após o fim da ditadura civil-militar. Destacam-se articulações por vias institucionais, através do associativismo e por meio de diferentes formas de auto-organização.

Em 2003, temos um dos mais importantes marcos nesse processo: a Política Nacional de Museus (PNM), publicada pelo Ministério da Cultura (MinC) e que teve como base dois documentos seminais produzidos em 2002: a **Carta de Rio Grande**, documento aprovado no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus, promovido pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul; e o documento **A imaginação museal a serviço da cultura no Brasil - Contribuições do Conselho Federal de Museologia para o Programa de Políticas Públicas de Cultura do Governo Lula Presidente**.

Os documentos consolidaram diretrizes que previam o desenvolvimento da política pública de museus e de patrimônio com base na valorização da cidadania, da identidade dos diferentes grupos sociais, na inclusão, no respeito à diversidade e na criação de mecanismos de participação social.

Por isso, vinculam-se a movimentos de organização do setor que valorizavam e buscavam fortalecer a experiência democrática através dos museus.

2. Marcos legais e jurídicos

O primeiro e mais importante marco legal para a participação social no Brasil é a Constituição Federal de 1988. A formulação do texto constituinte contou com a participação ativa de diferentes segmentos da sociedade brasileira, que disputaram os rumos do país. A Constituição previu a ação popular e os conselhos gestores de políticas públicas, elementos que configuraram maior controle social e participação popular no desenvolvimento de políticas públicas (ROCHA, 2008).

No campo museal, cumpre destacar a Lei 11.904, de 2009, o **Estatuto de Museus**, que consolida importantes dispositivos de participação da sociedade no futuro dos museus e das políticas a eles destinadas: a lei estabelece a “forma participativa” na elaboração dos planos museológicos, instrumento essencial de gestão dos museus; e o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), possui, como um de seus objetivos, estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico, além de promover uma atuação em rede para qualificar e potencializar o compartilhamento de experiências e boas práticas.

Em 2009, além do Estatuto, foi criado o **Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)**, autarquia federal responsável pela execução da Política Nacional de Museus e de elaboração, implementação e fortalecimento de políticas públicas para o campo museal. Destaca-se no Ibram a existência do **Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM)**, órgão de assessoramento do instituto na formulação de políticas públicas e que conta com representação social, e o **Programa Pontos de Memória**, que focaliza o reconhecimento e valorização de iniciativas de preservação da memória social protagonizada por comunidades, coletivos e movimentos sociais, enfatizando a importância dos processos museológicos comunitários.

Alguns outros mecanismos de participação social no âmbito da política museológica podem ser citados:

a) O **Fórum Nacional de Museus**, que teve sua 1ª edição em 2004, com 7 edições realizadas desde então. Trata-se de evento bienal e que constitui instância nacional de elaboração, avaliação e construção de diretrizes para a política museológica brasileira;

b) Ouvidoria: diversos órgãos possuem ouvidorias, que servem de canal de comunicação com o cidadão;

c) Assembleias, encontros, reuniões: ocasionais, continuados ou pontuais, são momentos de debate e de construção, a exemplo dos encontros realizados no segundo semestre de 2022, reunindo diversas Entidades e profissionais do campo museal, que resultaram na **Plataforma Unificada para o setor museal brasileiro**⁵, apresentado durante a transição de governo;

d) Conferências nacionais, setoriais, estaduais e municipais: desde a redemocratização, as conferências têm sido espaços privilegiados de participação social. Encontros setoriais de museus, bem como o **Plano Nacional Setorial de Museus**, que integra o **Plano Nacional de Cultura** resultaram de tais oportunidades de vocalização e participação da sociedade;

e) Conselhos profissionais: são autarquias públicas dotadas de autonomia administrativa e financeira. No Brasil, temos o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Museologia, que atuam como instâncias de fiscalização do exercício profissional, promovendo a proteção da sociedade através da defesa do exercício ético da Museologia;

f) Redes, coletivos, organizações e Entidades da sociedade civil: são movimentos mais ou menos organizados e institucionalizados que congregam indivíduos que partilham pautas ou interesses comuns; por isso, são interlocutores do Estado e exercem importante papel no controle social. Também destacamos aqui as associações de amigos dos museus, que colaboram para o cumprimento da missão das instituições.

3. Desafios

Ainda estamos distantes de garantir a plena participação social nos museus. Tal cenário exige a capilarização de perspectivas democráticas que não se restrinjam aos órgãos centrais para o desenho de políticas públicas, mas também alcancem os museus e sua governança. Ainda são poucas as instituições que possuem conselhos e outros mecanismos de participação da sociedade e, em muitos casos, quando existentes, são restritos a grupos privilegiados detentores de poder político e capital financeiro.

5. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2790> Acesso em 19/01/2024.

O fortalecimento da Democracia brasileira passa pelo incremento das políticas públicas destinadas a combater as desigualdades históricas que se reproduzem incessantemente. Compete aos museus e ao campo museal brasileiro ampliar as experiências sociais de participação e engajamento, garantindo equidade, acesso e possibilidade real da sociedade interferir nas dimensões, simbólica, prática e institucional do país. Nesse terreno, os museus e seus agentes podem ser importantes mediadores de experiências democratizantes e que tenham no controle social e na participação das comunidades focos que valorizem a dignidade humana e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 11.904 - Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em 19/01/2024.

CHAGAS, Mário de Souza. Imaginação Museal: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 307 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, jun. 2008.

ROCHA, Enid. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, Flávio Tonelli; MUSSE, Juliano Sander; SANTOS, Rodolfo Fonseca dos. (Orgs.). 20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2008.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42, n. 3, set.-dez. 2013, p. 358-378.



O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA E AS SUAS PRINCIPAIS AÇÕES⁶

Renilton Roberto da Silva Matos de Assis

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Apresentação

O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) foi criado por meio do Decreto nº 615, de 10 de setembro de 1991, reformulado pelo Decreto nº 599, de 18 de outubro de 2011. O SEM/SC conforme o Art 1º do Decreto nº 599/11, compõem a estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). A sua idealização remonta à segunda metade da década de 1980, e uma das ações que se notabiliza ao longo das mais de três décadas de sua atuação são as oficinas de capacitações oferecidas para os profissionais e estudantes da área de museus em Santa Catarina, abordando os mais variados temas de interesse para o campo museológico, como Conservação de Acervos, Financiamento e Fomento, Educação e Museus, Plano Museológico, Documentação Museológica, Comunicação Museológica etc.

Importante destacar que foram organizados pelo SEM/SC cinco edições do Fórum Catarinense de Museus (2005, 2010, 2011, 2013 e 2019), evento no qual as instituições e profissionais da área museal catarinense propuseram e discutiram a Política Estadual de Museus, dentre outras proposições de interesse para o setor.

Ressaltamos que em certa medida as nossas ações são realizadas em parcerias com instituições do campo museológico, o que revela umas das características do SEM/SC, o trabalho colaborativo, visando o fortalecimento das instituições e seus profissionais, desta forma, ao longo dos anos, foi possível viabilizar oficinas, encontros de debates, fiscalizações, visitas técnicas, dentre outras ações.

Atualmente, entre aderidos e cadastrados, o SEM/SC conta com 223 instituições museológicas em 124 municípios: museus públicos (de natureza administrativa federal, estadual, municipal), privados, mistos, comunitários e universitários.

6. Resumo da apresentação elaborado por Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, Servidor Público da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) no cargo de museólogo, exercendo, atualmente, a função de Coordenador do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC).

Instituições cadastradas e/ou aderidas a rede: 223

Atualizado em 20.09.2023

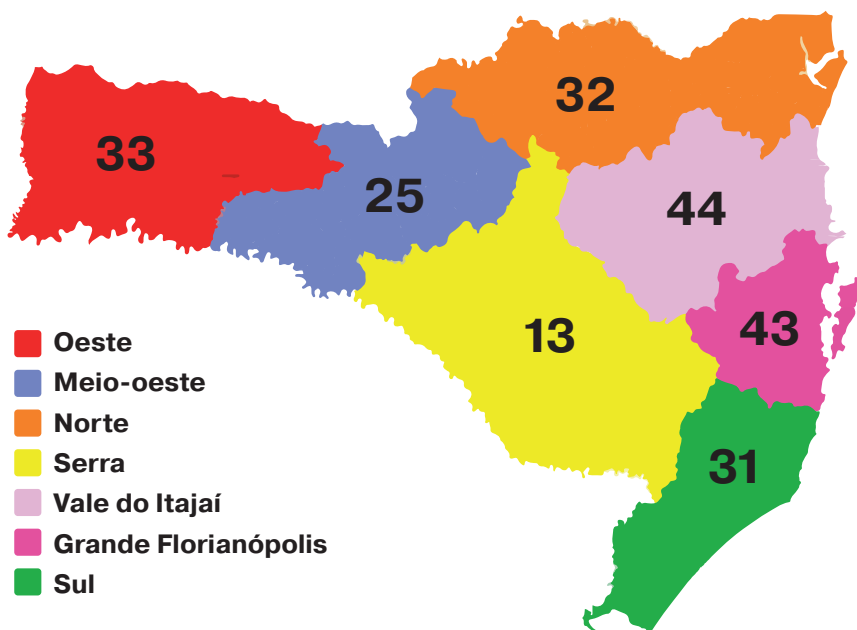


Figura 1 – Instituições cadastradas e/ou aderidas.

Fonte: Coordenação do SEM/SC

A Coordenação do SEM/SC desenvolve suas ações pautando-se: na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências; no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; no Decreto nº 599, de 18 de outubro de 2011, que institui e revisa a estrutura do SEM/SC; bem como em outras normativas da área.

De acordo com o Decreto nº 599, de 18 de outubro de 2011 em seu artigo 3º são objetivos do SEM/SC:

- I – promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no Estado, respeitando a autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica de cada uma delas;
- II – estimular e promover o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas entre

as instituições integrantes do Sistema, respeitando e valorizando o patrimônio cultural de cada comunidade de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas estabelecidas no Estado;

IV – estimular e promover programas e projetos de incremento e qualificação, bem como incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas existentes no Estado;

V – estimular a participação de museus no Sistema, independente do tipo, porte e do segmento da sociedade do qual derivam os fazem parte;

VI – incentivar a criação de redes e sistemas municipais e regionais de museus, bem como promover o intercâmbio com sistemas e redes nacionais e internacionais;

VII – criar cadastro e incentivar a inclusão de dados, promovendo sua manutenção e atualização das instituições museológicas estabelecidas no Estado;

VIII – propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais, para aprimoramento de instituições museológicas;

IX – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações dos museus no Estado; e

X – estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos no Estado. (Santa Catarina, 2011).

Portanto, para realizar os seus objetivos, o SEM/SC ao longo dos anos implementou um conjunto de ações e medidas, dentre elas, citamos as oficinas de capacitação, publicações e guias de museus, visitas técnicas, ciclo de debates, realização de fóruns de museus, a criação e implantação do Cadastro Catarinense de Museus, a publicação mensal de seu informativo, assim como, foram feitas uma série de parcerias visando colocar em prática diferentes ações. A seguir abordaremos de forma sucinta algumas destas iniciativas.

Cadastro Catarinense de Museus (CCM)

Em 2013, foi criado e lançado, o Cadastro Catarinense de Museus como estratégia para se obter informações e dados sobre as instituições museológicas catarinenses. O CCM, portanto, é um programa permanente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), coordenado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC). O Cadastro é uma ferramenta extremamente importante para se pensar as políticas públicas para as instituições catarinenses, a partir dos dados que revelam aspectos fundamentais para o entendimento do panorama do campo museal no estado.

Isto posto, para nos ajudar a ilustrar a relevância da tomada de decisões ancoradas em indicadores do CCM, citamos, por exemplo, o dado referente à elaboração de plano museológico, quando do primeiro cadastramento que ocorreu de 2013 a 2015, 11.6% das instituições museológicas cadastradas informaram possuir a referida ferramenta de gestão, esse dado com percentual baixo nos chamou a atenção sobre a necessidade de se intensificar ações no eixo capacitação e formação da política estadual de museus, com intuito de alcançar a melhoria deste indicador, desta forma, a partir de 2017, foram feitas sete edições do ciclo de debates Conversando Sobre Museu com o tema, Plano Museológico, assim como, foram feitas quatro oficinas de capacitações, ademais, a FCC mantém a opção de submissões de projetos com o tema plano museológico no Prêmio Museus do Edital de Estímulo à Cultura Elisabete Anderle.

Destarte, constatamos por meio dos dados obtidos na campanha de renovação do cadastro das instituições museológicas, de 2018 a 2020, que o indicador sobre a instituição, informar, possuir plano museológico, aumentou de 11.6% para 25,9%, o que sugere uma gradativa adoção da ferramenta de planejamento pelos museus.

Programa de Capacitação Museológica

O SEM/SC desde o seu início desenvolveu ações de capacitações para os profissionais dos museus, desta forma, visando sistematizar a oferta de oficinas foi criado em 2011, o Programa de Capacitação Museológica. Na época se previa sete temas e cronograma, relacionados com os eixos programáticos da Política Estadual de Museus. Esse formato está em funcionamento até 2014. Depois de um período sem a realização de oficinas, o programa foi retomado em 2018, em parceria com o Ibram, na ocasião, com duas oficinas de Plano Museológico. Assim sendo, se constituiu como um importante componente

da Política Estadual de Museus, no eixo Formação e Capacitação, que oferece oficinas aos profissionais, estudantes e pesquisadores do campo de museus de Santa Catarina em suas sete regiões museológicas. A seguir, tabela com resumo e resultados alcançados com as 46 edições de oficinas de 2011 a 2023. Para o ano de 2024, há a previsão da realização de duas edições com o tema Conservação de Acervos.

Região museológica	Quantidade de oficinas	Quantidade de participantes por região	Quantidade de Instituições por região
Oeste catarinense	7	148	58
Meio oeste	4	66	32
Serra catarinense	6	62	20
Sul	7	127	50
Grande Florianópolis	8	193	56
Vale do Itajaí	6	162	69
Norte Catarinense	5	130	51

Tabela 1 – Dados sobre as oficinas do Programa de Capacitação Museológica do SEM/SC⁷

Conversando sobre Museu

O ciclo de discussão “Conversando sobre Museu”, criado em 2012, consiste na realização de encontros com o intuito de refletir sobre temas diversos de interesse do campo museológico catarinense, assim como discutir novas perspectivas e diferentes concepções de trabalho para o setor. Os encontros, em formato de mesa-redonda, são realizados em diferentes regiões de Santa Catarina, de forma gratuita, compreendidos entre palestras e debates entre os participantes. De 2012 a 2022, ocorreram 20 edições, sendo a última, realizada em 22 de novembro de 2022. Há previsão da realização de seis edições em 2024, o tema abordado será Museu e Educação.

7. Houve três edições de oficinas em ambiente virtual de 2021 a 2023.

Publicações do SEM

O SEM/SC ao longo dos anos lançou publicações para contribuir com os profissionais e instituições museológicas, os livros em formato de cartilhas com orientações técnicas, destacando-se, a Coleção Estudos Museológicos, com três títulos, o Guia de Museus de Santa Catarina, citamos igualmente os Relatórios do Cadastro Catarinense de Museus, o primeiro com o cadastramento de 2013 a 2015 e o segundo referente ao cadastramento de 2018 a 2020, além de relatórios de pesquisas etc.

Atendimentos

A Coordenação do SEM/SC realizou atendimentos de janeiro de 2021 a outubro de 2023 na modalidade remota, por meio de reuniões virtuais, por telefone, por e-mail e com a realização de três edições de oficinas do Programa de Capacitação Museológica com os temas, Plano Museológico (duas edições) e Gestão de Riscos para Acervos Musealizados (um edição). Os eventos foram desenvolvidos em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), contando com um total de 221 participantes. A segunda modalidade de atendimento foi presencial, por meio de reuniões, visitas técnicas, fiscalizações e da realização de uma edição do Conversando sobre Museu em 22 de novembro de 2022, mesa-redonda com o tema “Museu e Educação”. O evento ocorreu no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC), no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis. Igualmente foi realizada uma edição de oficina do Programa de Capacitação Museológica nos dias 30 e 31 de agosto e 1º de setembro de 2023 no Museu Histórico de Santa Catarina em Florianópolis, o tema da oficina foi, Gestão de Riscos para Acervos Musealizados, portanto as duas atividades presenciais juntas tiveram um total de 84 participantes.

No mapa a seguir, apresentamos a quantidade de municípios em cada uma das sete regiões museológicas que foram atendidas diretamente e/ou alcançadas por alguma de nossas ações de janeiro de 2021 a outubro de 2023:

Instituições alcançadas por Regiões Museológica entre 2021 e 2023

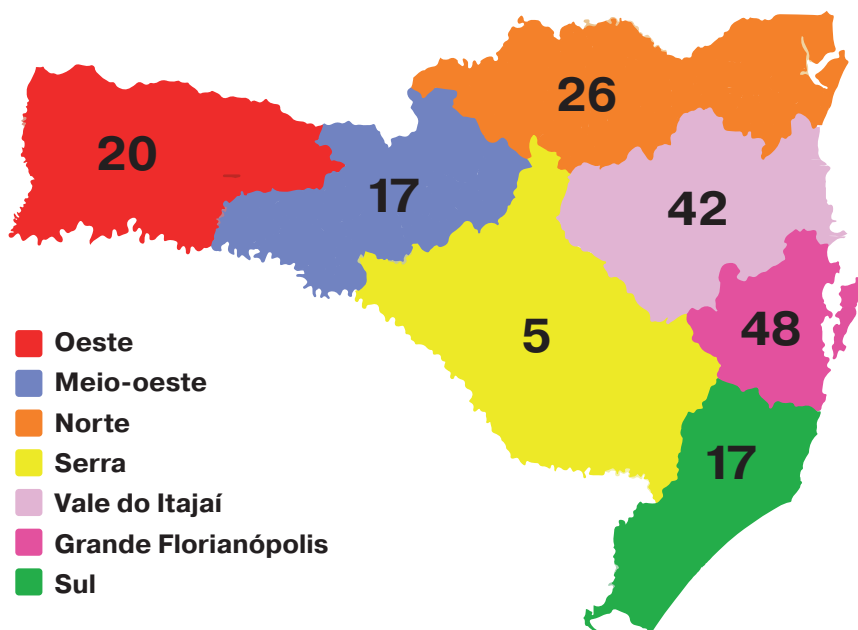


Figura 2 – Instituições que foram atendidas diretamente e/ou alcançadas por alguma de nossas ações

Fonte: Coordenação do SEM/SC.

O SEM/SC dando prosseguimento às suas ações para o fortalecimento das instituições museológicas catarinenses, ao longo do próximo ano pretende realizar oficinas do Programa de Capacitação Museológica, encontros do ciclo de debate Conversando sobre Museus, assim como a publicação do Guia de Museus de Santa Catarina atualizado.

Informativo

O Informativo começou a ser publicado em 2012 e desde sua primeira publicação, contabiliza 172 edições, em formato digital, de abril de 2012 a outubro de 2023. Em cada edição, podemos encontrar notícias da área museológica de todo o Brasil e do que acontece nos museus de Santa Catarina, com ênfase nas instituições que fazem parte do Sistema Estadual de Museus de Catarina e, por fim, na publicação reservamos um espaço para dicas de leitura, documentários etc. Atualmente, são publicadas dez informativos mensais e duas edições especiais, totalizando doze edições.

O informativo é enviado via e-mail para o público cadastrado em nossa lista de contatos e disponibilizado em nossa página oficial no site da FCC.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Cadastro Catarinense de Museus: Relatório. Florianópolis: FCC, 2016.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Relatório do Cadastro Catarinense de Museus. Florianópolis: Edições FCC, 2021. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/patrimoniocultural/sem/cadastro-catarinense-de-museus>. Acesso em: 20/10/2023.

SANTA CATARINA. Decreto nº 599, de 18 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e estabelece outras providências. Florianópolis, SC: Governo do Estado de Santa Catarina, 2011. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-599-2011-santa-catarina-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-museus-de-santa-catarina-e-estabelece-outras-providencias>. Acesso em: 20/10/2023.



PLATAFORMA DE MUSEUS DE PERNAMBUCO

Roselia Adriana Barbosa da Rocha⁸

Secretaria de Cultura de Pernambuco

O presente texto tem como objetivo relatar sobre a experiência de implantação da Plataforma de Museus de Pernambuco, lançada em 2022, pela Secretaria de Cultura de Pernambuco - SECULT/PE. A plataforma foi uma das primeiras ações estratégicas com a proposta de coletar informações para subsidiar a aplicação de políticas públicas voltadas para o segmento museal, bem como basear os estudos para implantação do Sistema Estadual de Museus.

Pernambuco tem um vasto e rico patrimônio cultural material e imaterial que pode ser apreciado por meio de diversas expressões culturais espalhadas por todo seu território. Essas manifestações são realizadas tanto por atores culturais, personagens, grupos e coletivos que retratam parte de nossa identidade, de nossas representações artísticas, sejam elas de um lugar, de território, de uma comunidade ou ainda dos povos que representam a cultura de nosso estado.

É fundamental que nossa cultura, história e patrimônio sejam salvaguardados, preservados, comunicados. Assim, os museus têm um papel essencial, pois em sua essência, esses equipamentos são lugares pedagógicos, locais de transmissão, de reflexão, tensionamento e questionamento entre o que está posto e o que está omissos em suas narrativas, entre o que se diz culto e o que é do cotidiano popular. São lugares de construção de pensamento.

A partir desse pressuposto e tendo em vista que Pernambuco possui uma grande quantidade de museus espalhados em todo o seu território e que parte desses espaços, além de funcionar sem apoio governamental, não estão cadastrados em nenhuma das plataformas oficiais, sejam do estado ou do governo federal, o que ocasiona a falta de dados, a qual dificulta a implementação de ações ou de políticas públicas direcionadas para o setor.

8. Roselia Adriana Barbosa da Rocha, Museóloga e Especialista em Museus, Identidades e Comunidades. roselia.rocha@secult.pe.gov.br | roseliamuseologa@gmail.com

Nos registros oficiais, no caso do estado, o Mapa Cultural de Pernambuco, e em nível nacional, a plataforma do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, o MuseusBR, tínhamos a informação de que Pernambuco possui aproximadamente 132 instituições cadastradas, número que ainda assim, não reflete a realidade de museus existentes em todo o estado.

Esse quantitativo poderia ser facilmente contrastado, visto que, nosso território possui 184 municípios, supondo que cada município possua ao menos um museu, o quantitativo da plataforma do MuseusBR demonstra não estar refletindo a realidade estadual. Isso se dá por diversos fatores, entre eles: falta de conhecimento das plataformas oficiais, dificuldade de acesso à informação, falta de esclarecimento entre o registro e o cadastro nacional de museus.

Diante dessas informações, o Núcleo Museus, vinculado à Gerência de Territorialidade e Equipamentos Culturais - GTEC, da Secretaria de Cultura de Pernambuco – SECULT/PE, iniciou um estudo para viabilizar a criação de um mecanismo para ser utilizado como cadastro estadual para museus. O objetivo inicial seria identificar e quantificar os museus em funcionamento no estado.

Em um primeiro momento, foi pensado em um formato de cadastro que funcionasse no próprio Mapa Cultural, ferramenta oficial da SECULT/PE, entretanto, surgiu a possibilidade de termos uma plataforma espelhada no Mapa, mas que poderia atuar de forma autônoma. Essa nova ferramenta, pioneira no estado, abriria espaço para a realização de outras ações para além do cadastro estadual, como por exemplo, lançamento de programas, pesquisas ou mesmo editais, ou seja, trata-se de uma oportunidade para fomentar ações culturais e a divulgação das instituições museológicas.

No primeiro semestre de 2022, foram iniciados os primeiros estudos de aplicação do questionário para o cadastro, a integração do banco de dados do Mapa Cultural estadual e o acesso rápido entre as duas plataformas, e ainda a integração com o banco de dados do cadastro nacional de museus, administrado pelo IBRAM. Esse último seria extremamente importante, pois permitiria que os museus já cadastrados no IBRAM já fossem automaticamente incorporados na plataforma estadual.

O lançamento da Plataforma de Museus de Pernambuco ocorreu em 23 de setembro, do mesmo ano, em um grande evento em parceria com o Museu da Abolição (IBRAM) e o Paço do Frevo (IDG). Na ocasião, foi realizado um

seminário intitulado, “Sistemas Estaduais de Museus”. O evento, em formato híbrido, contou com a participação de Renata Cittadin, Museóloga, Diretora do Sistema Estadual de Museus de São Paulo; e de Lucienne Figueiredo dos Santos, Superintendente de Museus da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa da cidade do Rio de Janeiro, com mediação de Roselia Adriana Rocha (SECULT/PE).

A Plataforma de Museus de Pernambuco é uma ferramenta administrada pela Secretaria de Cultura de Pernambuco, através da Gerência de Territorialidade e Equipamentos Culturais e o Núcleo Museus, a plataforma tem como objetivo, cadastrar, mapear e identificar os museus em atividade em todo o estado.

O acesso é livre, gratuito e colaborativo, permitindo que o cadastro dos museus seja realizado de forma voluntária pelas instituições interessadas. Os dados produzidos pelo sistema podem ser acessados e extraídos em formato de planilhas, conforme o interesse do usuário, e transformados em fonte de pesquisas para publicações sobre o cenário museológico estadual.

Após o lançamento da Plataforma, foram realizadas algumas ações para impulsionar novos cadastros. A primeira ocorreu através dos meios de comunicação da SECULT/PE que divulgou material explicativo e tutorial exemplificando como poderia ser realizado o cadastro, e assim, incentivar o acesso e cadastro voluntário dos museus interessados. A ação apresentou resultados positivos e houve um acréscimo no quantitativo de museus na plataforma. Uma segunda ação, realizada internamente pela equipe do Núcleo Museus, foi mapear os museus incorporados à plataforma pela integração do banco de dados do cadastro do MuseusBR. O objetivo dessa ação visa liberar o acesso para o gerenciamento das páginas da plataforma pelos responsáveis dos próprios museus.

A ação mencionada continua a ser realizada, pois algumas instituições, principalmente, aquelas ligadas aos municípios, têm constantes mudanças dos responsáveis pelos espaços de museus, o que necessita por vezes, aguardar pelos novos colaboradores.

Os resultados positivos apresentados pela Plataforma de Museus de Pernambuco refletiram na execução da Lei Paulo Gustavo pelo estado. Os primeiros dados coletados, junto com as escutas setoriais realizadas pela SECULT/PE, culminaram no lançamento do primeiro edital voltado para museus. O Edital Museus e Memórias Sociais, foi publicado em agosto de 2023, junto com os demais editais lançados pelo estado de Pernambuco.

Como um dos itens do edital requeria dos museus o cadastro atualizado na Plataforma de Museus, houve um aumento de cerca de 20% no registro de cadastros. Um considerável percentual desse quantitativo foi de museus localizados fora da região metropolitana, ou seja, museus do Sertão, Agreste e Zona da Mata, o que nos aponta que ainda são necessárias novas ações para chegar aos museus das regiões descentralizadas.

Conclusão

A Plataforma chegou em um momento importante para a cultura e o segmento de museus, momento em que se discute a reconstrução das diretrizes e ações voltadas para o desenvolvimento e aprimoramento do setor museológico de nosso Estado e no país. A participação da comunidade museológica, agentes de cultura, profissionais de museus e demais interessados, é fundamental para a construção participativa de políticas públicas que reflitam as necessidades do setor e direcionem as ações a serem implementadas para os próximos anos.

Pensando nesse novo momento, em paralelo a construção da plataforma, foi elaborado um primeiro documento base para um Plano Setorial de Museus, com os eixos temáticos pensados e organizados a partir da Política Nacional de Museus. O documento foi disponibilizado para consulta, contribuições e sugestões, por meio da Plataforma de Museus. A proposta foi que a partir das informações coletadas seria redigido o documento final para apresentação pública e aprovação do setor museal, e posteriormente, fosse encaminhado e sancionado pelas instâncias competentes.

Essas ações têm um papel importante para viabilizar a implantação do Sistema Estadual de Museus de Pernambuco - SEMPE. Desse modo, a Plataforma de Museus, no cenário atual, tem um papel fundamental não apenas para o mapeamento, diagnóstico e identificação das necessidades do segmento, mas como uma ferramenta preliminar que fornecerá subsídios para implementação do Sistema estadual de museus, o qual atuará como organismo indispensável para o estabelecimento de políticas públicas comuns a todos os museus do estado, tendo como compromisso incentivar o intercâmbio e a disseminação de informações museológicas e o fortalecimento dessas instituições, contando com participação dos museus e de seus profissionais, da sociedade civil e de todos interessados no desenvolvimento desses espaços.



O ESTATUTO DE MUSEUS E A NOVA DEFINIÇÃO DE MUSEU DO ICOM

Letícia Julião⁹

Se fizermos uma incursão em publicações acadêmicas que abordam o museu, encontramos um vasto repertório de concepções. A coexistência de diferentes definições de museu é expressiva da complexidade que essa instituição adquiriu tanto do ponto de vista de sua trajetória histórica, quanto de sua ocorrência geográfica. Originalmente surgido no contexto da modernidade europeia, o museu se difundiu pelo mundo, sob o signo da colonialidade, reiterando os paradigmas e matrizes ideológicas dos centros colonizadores. Ganhou diversos formatos, ao se conformar a diferentes contextos, sendo continuamente transformado por distintas apropriações culturais.

Sabe-se que definições não são imutáveis, ou seja, não são referências a essências estanques das coisas. Elas são sempre flexíveis; admitem variações conforme o significado mobilizado para atender aos seus usos em diferentes contextos¹⁰. A definição de museu do Comitê Internacional de Museus – ICOM – não foge à regra. De tempos em tempos, ela é reformulada, como resultado do acúmulo de formulações críticas no campo teórico e de experiências em distintos cenários museais.

O ICOM foi criado em 1946, sob o abrigo da UNESCO, como parte de um esforço da diplomacia cultural, que ganhou curso no Pós Segunda Guerra Mundial. Desde então, a definição de museu constitui uma estratégia importante para que o ICOM possa estabelecer os limites de sua atuação.

9. Doutora em História. Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando no curso de graduação de Museologia/Escola de Ciência da Informação e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFGM, Promestre/UFGM e Museologia e Patrimônio/UFRGS. Foi coordenadora da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura da UFGM (2017/2021), coordenadora do Setor de Acervos Artístico da UFGM (2015-2018), diretora do Museu Histórico Abílio Barreto (1995-1996/1999-2000) e Superintendente de Museus do Estado de Minas Gerais (2007-2010). Desenvolve pesquisas sobre Museus e História, Patrimônio Cultural e Musealização, Museus e Coleções universitárias.

10. A respeito conferir o verbete Definição em ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Mas, para além disso, no plano transnacional, é uma iniciativa que oferece um parâmetro para políticas de museus dos países membros.

Em 1956, portanto, em seus primórdios, o ICOM estabeleceu a seguinte definição:

Museu é um estabelecimento de caráter permanente administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras, conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos e zoológicos, aquários.

Essa definição apresenta-se destacadamente como descritiva. Identifica quais procedimentos são próprios dos museus, os quais, por sua vez, servem como uma orientação normativa para essas instituições. Ao categorizar o universo dos elementos de valor cultural sobre os quais o museu atua, o texto chega a nomear tipos de instituições como jardins botânicos e zoológicos, aquários. Nota-se ainda uma ênfase nas funções voltadas para a administração de coleções; o termo exposição ou algum outro correlato não aparece, assim como não está explícita a relação com o público, a não ser quando menciona que o museu é “administrado para interesse geral”.

Em 1974 uma nova definição do ICOM sela o compromisso do museu com a sua função social:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente, os adquire, conserva, comunica e principalmente expõe para fins de estudos, educação e deleite.

Para compreender alterações tão significativas operadas no conceito de museu, considerando o texto de 1956, é preciso lembrar que os anos de 1960, foram marcados por intenso debate sobre a democratização da cultura. Nesse processo, a relevância dos museus é interpelada, uma vez que eram percebidos como instituições a serviço das elites mundiais. No início da década seguinte, em 1972, é realizada a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, evento promovido pela UNESCO em parceria com o ICOM, com

o objetivo de “pensar as especificidades de países latino-americanos dentro de uma região com experiências políticas, econômicas e culturais diversas” ¹¹ (SOUZA, 2020, s/p).

O evento foi decisivo para uma espécie de virada do pensamento e das práticas museais, sobretudo, em razão da ênfase que suas proposições conferem ao papel social dos museus. É certo que as ideias formuladas em 1972 foram efetivamente acolhidas mais tarde, já na década de 1980, e uma prova disso, foi o surgimento do movimento denominado Nova Museologia. Mas parece indicativo que uma nova definição de museu com ênfase na sua dimensão social tenha ocorrido justamente dois anos após o encontro no Chile. É de se supor que os debates da Mesa de Santiago tenham impactado a nova definição. O compromisso do museu com populações e seus respectivos testemunhos territorializados foram assegurados pelos enunciados de que o museu está “a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, que se ocupa com os “testemunhos materiais do homem e de seu meio ambiente”, é aberto ao público e tem a função de comunicar e expor.

Trinta e três anos mais tarde, uma nova definição de museu introduz poucas alterações àquela cancelada em 1974:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.

Destacam-se dois novos conceitos introduzidos pela definição de 2007 - patrimônio e imaterial. A noção de patrimônio já havia se tornado uma categoria central em vários campos do conhecimento, sobretudo, a partir da década de 1980, coincidindo com o chamado boom da memória e a proliferação do patrimônio e de museus. O termo imaterial, por sua vez, ressoava o debate em torno da ampliação da noção de patrimônio no Ocidente¹², que resultou

11. Sobre a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, ver SOUZA, Luciana Christina Cruz e. Museu integral, museu integrado: a especificidade latino-americana da Mesa de Santiago do Chile. Anais do Museu Paulista, v. 28, 2020. s/p.

12. Vários autores tratam do fenômeno, ver em especial HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009 e HEINICH, Nathalie. Introduction. L'inflation patrimoniale. In.: La fabrique du patrimoine: De la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Éditions Maison des Sciences de L'Homme. 2009.

na aprovação no âmbito da UNESCO, em 2003, da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”¹³.

Essa definição de museu do ICOM repercute na legislação brasileira. Em 2009, foi aprovada a Lei 11.904, conhecida como Estatuto de Museu, seguida de sua regulamentação, pelo Decreto 8.124 de 2013¹⁴. Essa legislação resultava de longo e consistente processo, iniciado em 2003, quando, após ampla consulta à comunidade museológica, foi formulada a Política Nacional de Museus - PNM/Brasil, integrada, mais tarde, ao Plano Nacional de Cultura - PNC¹⁵.

Em seu artigo 1º, o Estatuto de Museus define:

Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei, as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. (Brasil, 2009a)

O artigo 1º descreve mais detalhadamente, comparado à definição do ICOM, as características, funções e finalidades do museu. Como o texto destinado a reger as políticas públicas para a área, é compreensível esse cuidado descritivo, delimitador do campo de alcance da Lei. Mas, é, sobretudo, no parágrafo único que se deve sublinhar as especificidades da legislação

13. UNESCO. Convention pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_fre

14. BRASIL. Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - Ibram. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 out. 2013.

15. BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 2010.

brasileira. Há uma ampliação da compreensão do fenômeno museal “ao se considerar, além de instituições, os processos museológicos implicados com o patrimônio e o território, que visem o desenvolvimento e a participação de comunidades” (JULIÃO; SABINO, 2022, p. 363)¹⁶.

Esse engajamento social e político do museu é reiterado, pelo art.2º que estabelece como princípios fundamentais dos museus, a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania, o cumprimento da função social, dentre outros.

A ideia de museu do Estatuto de Museus avança em relação à definição do ICOM de 2007, em consonância com uma agenda democrática. Não seria equivocado mesmo dizer que é uma ideia que se situa entre a definição de 2007 e aquela que foi pactuada em 2022. Em outras palavras, há um prenúncio na definição vigente de museu na legislação brasileira.

Entre 2020 e 2022, uma metodologia de consulta pública é fomentada pelo ICOM, tendo como resultado a definição:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos.

A nova definição apresenta mudanças substantivas em relação à de 2007, embora sejam apenas quinze anos que separam uma da outra. Estaríamos diante de uma aceleração do debate no campo de museu? Trata-se de um debate acelerado por acontecimentos, experiências que alteraram significativamente nossa percepção do mundo e do museu? Ou o processo inédito de consulta que antecedeu a votação da nova definição, levado a cabo pelos comitês nacionais, permitiu emergir uma ideia de museu que já estava engendrada em regiões e países não europeus?

16. JULIÃO, Leticia; SABINO, Paulo Roberto. La definición de museo en las políticas públicas: Chile, Colombia y Brasil. Vinicius Monção Luciana Carvalho (eds.) Perspectivas latinoamericanas y caribeñas para la discusión sobre la nueva definición de museo. ICOFOM LAC, 2022, p. 322-390.

São indicativos dessa virada na definição de museu a incorporação de conceitos como participação das comunidades; experiências; fruição; reflexão; partilha de conhecimentos; acessíveis; inclusivos; diversidade e sustentabilidade. Ao se analisar esses conceitos, é possível dizer que essa definição se distancia da lógica descritiva, para se delinear mais como uma prescrição de museu, de um vir a ser. Se nos perguntarmos como os museus brasileiros se relacionam com esse repertório de conceitos, é certo que vamos constatar que a maioria das instituições não se reconhece na nova definição do ICOM.

Essa percepção se torna ainda mais aguda quando analisamos as vinte palavras-chave e/ou conceitos considerados pelo ICOM BR como essenciais à para a nova definição de museu e que foram encaminhados ao ICOM Define – Committee for the Museum Definition, na segunda rodada de consultas. Nessa etapa de trabalho, o ICOM BR contou com a participação individual de 784 pessoas, aproximadamente 820 pessoas organizadas em 62 grupos de discussão, mobilizando todas as regiões do país. Foram elencados os seguintes conceitos: antirracista, bem-viver, comunicar, cultura, decolonial, democrático, direitos humanos, educação, experiência, futuros, inclusivo, instigar, patrimônio, pesquisar, público, salvaguardar, social, sustentável, território e transformar.¹⁷

Muitos termos propostos pela comunidade museal brasileira não foram contemplados pela nova definição. Destes, merecem ser destacados antirracista, bem-viver, decolonial, democrático, direitos humanos, território e transformar. Talvez o termo decolonial seja uma síntese desses conceitos, que postulam o rompimento com a matriz colonial do pensamento e das práticas que acompanha o museu desde seu nascimento no continente europeu, em favor de uma plataforma emancipatória. Eles projetam muito mais um futuro desejado para os museus do que o presente. Por isso mesmo, por representarem o desejo da comunidade museológica brasileira, e pela força transformadora que carregam esses conceitos não podem ser deixados para trás.

Nesse processo de decolonização, talvez o primeiro passo seja reconhecer o papel inequívoco dos museus com o dever da memória. Como analisado por Ricoeur¹⁸, entende-se dever de memória como dever de justiça em relação

17. ICOM BR. https://www.icom.org.br/?page_id=2781

18. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

aos passados traumáticos. Ao fazer coincidir o trabalho de rememoração com a justiça, o propósito não é a perspectiva da culpabilidade, mas inventariar nossa herança de violência, para então, extrairmos dessa memória, um projeto de futuro. O museu se torna, assim, um espaço que conjuga responsabilidade com o passado e com o futuro, concorrendo para criar uma barreira ética e política para o enfrentamento da violência em nossa sociedade, nas formas de racismo, desigualdade, misoginia, destruição ambiental, dentre outras.

Retornemos à realidade dos museus brasileiros. Como os museus poderão caminhar para se alinharem à nova definição do ICOM e também fazer jus aos termos propostos pela comunidade brasileira? O desafio é grande, tendo em vista a diversidade de contextos de criação, de estruturas institucionais, de temáticas e tipologias e de condições de funcionamento dos museus. Neste cenário heterogêneo, a experiência exitosa no Brasil de trabalho em rede, ou em sistemas de museus, parece um caminho possível para o estabelecimento do debate, a disseminação de valores, o compartilhamento de procedimentos e experiências e a construção de políticas públicas.

Em um cenário museal multifacetado, o trabalho em rede poderá criar perspectivas convergentes, resguardada, a autonomia de cada museu, articulando coletivamente recursos e ações para se alcançar objetivos comuns, que dificilmente seriam alcançados isoladamente pelas instituições. Em suma, ao estabelecer relações horizontais de poder equilibradas entre aqueles que são diferentes, estruturando-os como um ator político legítimo, as redes e sistemas de museus podem construir uma cultura museológica decolonial, fundada, portanto, em princípios democráticos e nos direitos humanos. Por permitir¹⁹ disseminar valores e práticas, alcançando dos grandes aos pequenos museus; dos localizados nas metrópoles aos mais distantes, as redes de museus não apenas estarão concorrendo para validar a nova definição e os termos propostos pelo Brasil, como poderão encenar experiências que possam fazer avançar a legislação e a política nacional de museus.

19. Sobre a discussão dos 20 termos apresentados pelo ICOM BR ver SARMENTO, Eduardo; JULIÃO, Letícia; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A definição do museu em tempos de revisão e de imaginação. ICOM-BR (no prelo).



ALGUMAS PALAVRAS SOBRE IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO EM MUSEUS OU MAIS UMA PASSAGEM BREVE E FELIZ PELO CEARÁ²⁰

Mona Nascimento²¹

A possibilidade de participar, como convidada, da programação do 5º Fórum de Museus do Ceará, trouxe um importante sentimento de pertencimento e alegria. Saber que as pessoas estão interessadas nas minhas contribuições para o campo de museus e, mais especificamente, para a educação museal me impulsiona a continuar investigando e buscando qualificação. O objetivo é sempre poder colaborar com o desenvolvimento deste que considero ser um dos caminhos mais promissores em termos de cultura e educação: a possibilidade de, através da nossa memória coletiva, provocar o pensamento crítico e o desejo de reivindicar o direito a essa memória em todas as pessoas na nossa sociedade.

Por essa razão, fico contente em poder dividir com vocês, algumas das palavras que preparei para serem ditas nas duas ocasiões em que estive diante de uma audiência durante o Fórum.

Na primeira ocasião, nos recebeu a Pinacoteca do Ceará, equipamento cultural com o qual já tenho uma história, história essa que, muito provavelmente, foi a mola propulsora para esse novo momento. A mesa, composta também por Tony Boita da Rede LGBTQIA+ de Memória e Museologia Social), Aires que coordena o Projeto Trair o CíStema no MIS Ceará) e Lara Lima que integra o GT Acessibilidade da Secult Ceará, teve a mediação generosa de Mayara Lacal do Instituto Mirante de Cultura e Arte. Buscando contribuir com as discussões relativas ao tema do evento, Museu: instituição permanente, acessível e inclusiva preparei um breve texto que reproduzo a seguir:

20. Esse texto sintetiza as participações da autora em duas mesas no 5º Fórum de Museus do Ceará, realizado em Fortaleza e Aratuba (CE), no período de 25 a 27 de outubro de 2023, organizado pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura (Secult) e do Sistema Estadual de Museus.

21. Museóloga, Mestra em Educação, Especialista em Políticas e Gestão Cultural e Doutoranda em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia. Professora Substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Membro da Rede de Educadores em Museus da Bahia e da Rede de Educadores em Museus do Brasil. Pesquisadora do Observatório da Economia da Bahia na Pesquisa Educação Museal Brasil.

Primeiramente gostaria de saudar e pedir licença às minhas mais velhas e aos meus mais velhos para estar aqui nesta tarde. Saúdo também os mais jovens pela força e energia empregadas para que este evento acontecesse. Rogo que os caminhos sejam abertos e que possamos ter um bom momento de trocas de saberes e afetos. Laroyê!

Agora me descrevo: sou uma mulher afro-indígena, de pele clara, parda pela classificação do IBGE. Uso tranças sintéticas nos cabelos na altura dos ombros, em tom castanho-claro, com cachos loiros nas pontas. Uso óculos com armação de acetato preta, brincos dourados em formato de gota e um colar com sementes e contas. Estou vestindo uma blusa preta e uma saia de capulana estampada, em padrão geométrico nas cores, vermelho, azul, verde, amarelo e preto. Nos pés, um tênis marrom. Encontro-me ao centro da mesa.

Passo então a agradecer por esse muito honroso convite. Estar num Fórum de Museus, depois dos anos em que todo e qualquer vestígio de participação social foi institucionalmente desencorajado e ameaçado, é um respiro em meio ao caos em que ainda estamos inseridas. Pois ainda há muito que construir e reconstruir no campo das políticas culturais, mas momentos como esse, nos enchem de esperanças. Sou grata à Secretaria de Cultura pelo convite e agradeço a partir da museóloga Emilly Santos e da produtora Vânia Cavalcante, que são as pessoas com quem tenho falado mais diretamente. Espero poder contribuir de forma honrada com a expectativa que em mim foi depositada. Agradeço também poder falar após falas tão inspiradoras como as de Tony e Aires, pois com certeza, trarão mais elementos à minha contribuição.

Tem sido muito especial perceber que as pessoas estão interessadas no que tenho a dizer. Aprendi com minhas mais velhas que “falar é existir absolutamente para o outro”, e embora essa citação especificamente seja de um mais velho, o Fanon, é Leda Maria Martins, Célia Tupinambá, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, bell hooks, Oyèronké Oyèwúmi, Maria Clara Araújo, Jaqueline Gomes de Jesus, Joseania Freitas, Bárbara Carine, entre tantas outras que me ensinam todos os dias o valor da palavra e da oralidade na minha ancestralidade. São essas mulheres que me dizem que o que está posto não nos contempla e que a nossa forma de existir e estar no mundo precisa ser contemplada. Por isso, falo e por isso, antes de tudo, falo de mim, de quem eu sou e de onde estou falando. Mas eu também costumo chamar

muitas pessoas para me acompanhar nas minhas palavras. Acredito realmente que o conhecimento relevante é construído nesses espaços de pluralidade, então, aproveito cada momento, cada conversa, cada escuta, cada leitura de mundo ou de palavra, para aprender e me constituir como humana. Então, não se surpreendam com a quantidade de nomes que citarei ou, como diria Maria Betânia, ***não mexe comigo que eu não ando só.***

Quando recebi o convite para estar nesta mesa, me perguntei com o que, de fato, eu poderia contribuir. O tema da pluralidade de formas de ser e estar no mundo tem estado em evidência. Palavras como, igualdade, diversidade e inclusão, passam a compor a ordem do dia de qualquer movimento político e/ou cultural minimamente comprometido com bases democráticas. Mesmo quando, e infelizmente, mais vezes do que gostaríamos, soam apenas como palavras vazias. Então, me perguntei o que mais eu poderia acrescentar sobre este assunto tão relevante. Pensei então, em tecer a minha contribuição a partir dos desafios. É o que passo a fazer.

Recentemente, ouvindo a entrevista de Sueli Carneiro para Mano Brown no Podcast Mano a Mano, ela dizia sobre como o mundo ocidental é construído a partir de estruturas eurocêntricas e brancas. E como nós, povo negro e eu acrescento povo indígena, somos tão criativos que podemos ir além de apenas reproduzir essas estruturas brancas.

O museu é uma estrutura branca.

Mas, seguindo o raciocínio da Sueli, 'o mundo que a gente precisa criar não vai passar, por nós ficarmos repetindo essas estruturas e modelos que os brancos desenvolveram e impuseram ao mundo. Até porque nem mesmo eles estão felizes'.

O modelo de museu que inicialmente conhecemos é aquele idealizado e imposto ao mundo pelos europeus no seu projeto expansionista e civilizatório, modelo esse que segundo Hugues de Varine é o 'mundo ocidental obrigando o resto do mundo a ver a sua própria cultura a partir das lentes europeias'. Esse foi o museu que chegou aqui. O museu que Françoise Verges diz se basear em crimes. O museu que conta a história única, para o desespero da Chimamanda Adichie. O museu em que o subalterno não pode falar, confirmando o grito da Gayatri Spivak. O museu do trauma colonial, como nos lembra Grada Kilomba. O museu colonial.

Mas esse foi o museu que chegou aqui. Isso foi o que nos disseram que era museu.

E aqui eu pego carona no pensamento da Katiúscia Ribeiro, quando ela reivindica o termo filosofia africana, justamente para dizer que não é porque a Europa inventou o termo filosofia que apenas o que se faz por lá faz jus a esse modo de comportamento. Ela diz que: se todo ser que pensa produz filosofia, então, esta nasce em tempos imemoriais e não pode estar restrita a apenas um modo de pensamento, ainda que o termo que utilizamos esteja restrito a esse modo.

Assim, nos disseram que o museu era o espaço-caixinha-de-joias que a Europa tinha inventado para guardar o testemunho das invasões e pilhagens por ela praticadas e exibir para o resto do mundo o seu poderio. Mas, quando entendemos que museu é uma prática ancestral, milenar, que todo grupo humano que se volta para o seu legado e reflete criticamente sobre ele, está fazendo e sendo museu, aí, neste momento, o museu se expande e já não cabe nessa história única contada por uma palavra. Aí o museu já não é mais essa estrutura estanque que obedece apenas ao modelo europeu colonial, aí o museu é também as “coisas feias” que o Cacique Sotero percebeu que ‘são da cultura da gente’. Aí o museu se tornou plural, pois já não precisa atender a expectativa de um só modo de pensamento. Aí ele passará a ser o que for feito dele.

Este ano, ingressei num programa de doutoramento em Cultura e Sociedade e minhas investigações têm circulado em torno de compreender, com um olhar direcionado para o campo da educação museal, os tensionamentos resultantes do aparecimento desta pluralidade de vozes e demandas na arena pública da construção de políticas culturais. Me interessa compreender como as estruturas institucionais existentes têm acolhido (ou não) essas dissonâncias. Se assumimos a pluralidade do país, automaticamente reconhecemos que há uma pluralidade de vozes nessa conversa.

Mas, embora o país acolha em seu interior, uma real pluralidade de culturas, e que já avançamos significativamente no reconhecimento dessa realidade, ainda nos falta caminhar bastante para chegar a um lugar onde essa pluralidade reflita nas tomadas de decisão sobre políticas para os museus e patrimônio.

Ainda nos falta olhar com honestidade as estruturas muitas vezes engessadas que permeiam este campo. A confusão que muitas vezes fazemos entre tradição e tradicionalismo e, no anseio de guardar o que temos de mais

precioso, acabamos apenas reproduzindo modelos que, muitas vezes, não atendem às demandas trazidas por personas que antes estavam completamente alijadas do cenário público e hoje, ainda o ocupam de forma incipiente.

Se vamos encarar a pluralidade de vozes e demandas, precisamos acolher quando elas divergirem do que está posto. Se compreendemos como fundamental que esta diversidade esteja representada na arena pública, precisamos lembrar que cada grupo trará as suas demandas e urgências e seus modos de ser e fazer. E que as prioridades antes estabelecidas e as regras antes definidas, fatalmente, serão abaladas e subvertidas por essas diferentes prioridades e regras.

Daí as conversas vão ficar difíceis.

Daí as regras do jogo vão precisar mudar.

Vamos ter que aprender a dialogar em um país que lida com o genocídio do povo preto e pobre desde a sua fundação. Com um país que, inclusive, foi fundado a partir da invasão das terras dos povos originários desse solo e que nos obriga hoje a discutir um absurdo chamado Marco Temporal. Com um país onde a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos. Um país com essa e tantas outras pautas urgentes, mas que frequentemente são vistas como recortes e/ou temas identitários.

Então, qual o lugar desses temas nos museus? Como eles podem estar contemplados nas políticas culturais de museus e patrimônios?

Há um mês celebramos a Primavera dos Museus que esse ano trouxe como tema pessoas Indígenas, Quilombolas e LGBTQIAPN+. Comemoro a escolha desse tema como um movimento importante, mas me questiono se é suficiente que essas pessoas estejam nas temáticas das ações.

Ações como essas, são importantes se também chamarem a atenção para a presença (no caso ausência) dessas pessoas em espaços de poder e tomadas de decisão, pois estes espaços ainda são majoritariamente ocupados por um perfil pouco diverso: pessoas brancas, oriundas das classes médias e altas, cis hétero, que, por mais que se sejam aliadas, jamais poderão compreender, sobretudo, a dimensão simbólica, do legado cultural dos grupos dos quais não fazem parte... E estes são muitos.

E essas pessoas (majoritariamente brancas e oriundas das classes médias e altas) que estão nesses lugares, eventualmente (ou nem tão eventualmente assim) se ressentem quando isso lhes é dito. Se sentem injustiçadas, pois, em suas análises, estão se esforçando herculeamente para garantir que vozes plurais sejam incluídas no diálogo. Mas se é preciso que um perfil específico

abra o espaço para que outros grupos ‘tenham voz’, nunca foi sobre diálogo... Sempre foi sobre concessões e limites.

Por isso que os espaços precisam ser ocupados por pessoas de todos os grupos, Entendo que hoje, neste ponto, é onde está o nosso maior desafio quando se fala em diversidade e participação social.

Mais do que igualdade, precisa ser sobre equidade. Sobre considerar que os espaços, todos eles, sejam ocupados por pessoas de todos os grupos e que as demandas sejam consideradas pelas urgências de vida que estas trazem.

De pouco adianta reconhecermos e celebrarmos a diversidade se não estivermos com disposição para ter as conversas difíceis, se não tivermos disposição para ouvir o contraditório e buscar de forma genuína a mediação de interesses e anseios diversos, por vezes, antagônicos, mesmo que isso signifique maior tempo de debate e um caminho mais longo para o estabelecimento de consensos. Tenho insistido nesse ponto: **precisamos ter as conversas difíceis.**

E para encerrar, quero dizer que por mais dura que possa ter parecido a minha fala, peço até desculpas se eventualmente eu fugi ao tema proposto, mas foi até suave em relação a tudo o que ainda precisamos enfrentar em termos de diálogos. Não dá para fugir dos temas espinhosos. Nem sempre dá para falar em tom ameno. Mas, para aliviar a tensão, mais uma vez, peço emprestado os versos do Emicida, quando ele diz na canção Cananéia, Iguape e Ilha Comprida: *do fundo do meu coração, do mais profundo canto em meu interior, pro mundo em decomposição, escrevo e falo como quem manda cartas de amor.*

Após essa primeira oportunidade de acrescentar os citados pontos ao diálogo, houve ainda um segundo momento importante, eu diria até importantíssimo. Na manhã do último dia do evento, rumamos ao município de Aratuba a fim de termos uma vivência em território no Museu Kanindé, o primeiro museu indígena do Ceará. Na ocasião, tivemos ainda a oportunidade de vivenciar o Toré e ter uma visita, gentilmente mediada, ao Sítio Fernandes. Após esses momentos únicos e, pessoalmente, emocionantes, tive a oportunidade de compor uma mesa em companhia de Antônia Kanindé servidora da SEPINCE e, juntamente com Nyela Jenipapo do Museu Jenipapo Kanindé as primeiras indígenas bacharéis em Museologia do Ceará, além de Saulo Moreno do Museu de Arte da UFC - MAUC-UFC e Presidente do COREM 1R com a mediação de Yasmine Martins do Museu do Ceará.

Após as falas precisas da Antônia e da Nyela, nos breves dez minutos, a mim facultados, me restou pedir licença a quem veio antes e honrar a energia dos mais jovens em dar seguimento aos trabalhos. Refleti sobre como a educação museal é a síntese daquilo que entendemos por educação e por museu. Passo então, a discorrer sobre o que entendo por educação sendo esse o processo humano de comunicação da cultura, desse modo, nem toda educação será a solução dos problemas, podendo dizer que ela é justamente a causa de alguns deles. Sobre o que espero que o museu seja, cito o processo de olhar criticamente nossos legados culturais selecionando o que nos é caro e transformando o que entendemos já não caber. Sendo assim, entendo a educação museal como uma provocação para a construção das identidades a partir da comunicação dos legados culturais. Por isso, a educação museal estará sempre conectada ao contexto desses legados e à necessidade dessas identidades. A educação museal do Museu Kanindé será aquela que atender às demandas desse lugar. Não há como pasteurizar uma definição e acreditar que a mesma será adequada à diversidade de perspectivas.

Ainda imersa em bastante emoção, pude diante de uma audiência generosa, falar um pouco sobre a minha identidade étnico-racial e como percebo que, no Brasil, genealogia é privilégio. Como dificilmente conseguiria reproduzir as palavras ditas naquele momento, aproveito para compartilhar um pequeno texto que escrevi há alguns anos sobre esse sentimento-fato:

Uma história da minha vida contada pela pintura do meu rosto. E a história que eu quero contar é uma história que eu não conheço. Mas é a minha história. Sei, vejo e sinto em mim a ancestralidade ameríndia. Olho para minha mãe e vejo que também está nela: na pele, nos cabelos, nos costumes. Mas, numa terra colonizada de forma tão violenta, genealogia é privilégio. Minha mãe, sequer, conheceu os seus pais. Não faço ideia de quem foram os meus avós. Ouvi de minha mãe, que ouviu de um conhecido, que tinha ouvido de outro que, talvez, a avó dela havia sido uma mulher indígena. De aldeia e tudo, ela conta. Mas de onde? De qual povo? Etnia? Tronco linguístico? Que fio traça a existência dessa mulher à minha? Como dela surgiu a minha vó, depois minha mãe e, em seguida, eu? Queria poder ter respostas para essas perguntas e um final para a história que vos conto. Mas, num país colonizado de forma tão violenta, GENEALOGIA É PRIVILÉGIO.

Por último, mas não por fim, reitero o sentimento de alegria pela possibilidade de estar neste evento. Cada fala, cada troca, cada pessoa, foi fundamental para o enriquecimento da minha percepção da vida. Com certeza, saio dessa experiência com mais elementos para olhar o mundo e perceber nele onde posso contribuir para seu desenvolvimento, como posso colocar os meus talentos à disposição da construção de uma sociedade mais igualitária, contemplada em sua diversidade e que acolha todas as pessoas, tendo a educação como meio e o museu como um importante aliado.



**“NÓS TAMBÉM SOMOS MUSEUS
RECHEADOS DE MEMÓRIAS”:
MUSEU DA BONECA DE PANO, A
MATERIALIZAÇÃO DE UM SONHO
DE MUSEU COMUNITÁRIO**

Liduina Maria Lopes Rodrigues

Diretora do Museu da Boneca de Pano

Muito se discute a importância dos museus e seu papel na sociedade. Ao longo do tempo, a diversidade cultural, preservação da memória e patrimônio são temas de resistência e reexistência no campo museal, e para nossa alegria após 10 anos desde o 4º Fórum Estadual de Museus (2013), a espera chega ao fim.

Chegamos no 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará o evento aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de outubro de 2023, com o tema “Museus instituição permanente, acessível e inclusiva”. A abertura do evento ocorreu na Pinacoteca do Ceará no dia 25 de outubro com encontros intensos com representantes das instituições, palestras, mesas e GTS com perspectivas de políticas públicas para profissionais da área entidades museológicas.

Foi com muita alegria que recebi o convite para participar da mesa “Rearticulação do campo museal cearense: memória, museologia social e educação museal” compartilhando um pouco da minha história e vivência.

Em 2008/2009, conheci a museologia social e ver o quanto se identificava com minha história e meu território, em fevereiro de 2010, tive a oportunidade de participar do Projeto Historiando Batoque pesquisa coletiva em história e memória local para formação de acervo comunitário em Batoque – Aquiraz-CE, sendo facilitadores, João Paulo Vieira e Alexandre Oliveira Gomes. Com esta vivência e conhecimento, fortaleceu o sonho do museu na minha comunidade no Planalto Pici, na periferia de Fortaleza, que contemple a arte dos fazeres no mote da boneca de pano como meio de entretenimento e de contexto social para um futuro promissor às crianças, jovens e adultos da comunidade. Para uma mulher preta periférica, os desafios são imensos diante de uma sociedade colonial.

Com o Fórum foi possível compartilhar vivências, desafios e soluções possíveis para o fortalecimento da rede de museus, em especial, os museus comunitários. A visita ao Museu Kanindé em Aratuba, foi emocionante e reforçou o sentimento de acolhimento, calor humano e sinergia que nos faz acreditar que tudo é possível, acessível e inclusivo e que podemos gerar coragem e esperança de dias melhores.

Nós também somos museus recheados de memórias.



A REDE DE EDUCADORES DE MUSEUS DO CEARÁ NO 5º FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS DO CEARÁ: DIÁLOGOS PELA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

Natália Maranhão

Rede de Educadores de Museus do Ceará, REM-CE

O 5º Fórum Estadual de Museus, no Ceará, ocorrido de 25 a 27 de outubro de 2023, foi um espaço de trocas, novas experiências e possibilidades de interconexões e aprendizados. A programação diversificada buscou dar vazão às expectativas de um setor museal ávido pelos reencontros, pelos espaços de fórum, buscando compreender o contexto em que a área se encontra e seus novos projetos. Por tornar-se um espaço de diálogo, muitas foram as falas e os temas, partindo da complexa realidade dos museus e de suas diferentes tipologias na região cearense. Um dos temas centrais discutidos foi a Educação Museal, no formato de rodas de conversa e grupos de trabalho.

A educação em museus é um tema relevante e que atravessa muitos assuntos dentro do setor, ganhando força e mais espaço de fala em um momento em que a presidente do Instituto Brasileiro de Museus é educadora museal e o I Encontro Nacional de Educação Museal foi realizado em Cachoeira, Bahia. Além disso, a Política Nacional de Educação Museal – PNEM está em atualização e foi realizada a Pesquisa Nacional de Práticas Educativas dos Museus Brasileiros – PEM-BR, buscando compreender as estratégias que essas instituições utilizam para fomentar seus setores e profissionais de ação educativa. Somando-se a isso, a Rede de Educadores de Museus do Ceará – REM-CE está em processo de reestruturação, buscando ser um espaço de fórum, de formação e de levantamento de dados sobre os educativos do Ceará, ensejando uma parceria futura com o Sistema Estadual de Museus do estado, a SEM-CE.

Percebe-se que a conjuntura é favorável à Educação em Museus no país, especificamente no Ceará. Dessa forma, como potencializar a dimensão educativa dos espaços museais e culturais no Ceará?

Em primeiro lugar, é preciso concentrar esforços e embasar o setor com as informações existentes e buscar outras a partir de novas pesquisas. Os dados levantados pela PEM-BR precisam ser cruzados com os dados de espaços culturais e museus do estado, buscando descobrir se os resultados refletem

a realidade de nossa região e conhecer o perfil dos espaços, dos setores educativos, de seus profissionais, de sua atuação dentro dos espaços e equipamentos, suas parcerias, a gestão educativa e de que forma e para quais públicos se desenvolvem as ações planejadas.

É preciso muita escuta, assegurando que as demandas e assuntos serão ouvidos e registrados, pensando em canais de comunicação que permitam acessibilidade dos trabalhadores museais, sendo estes importantes fontes de informação sobre o setor museal. Cada profissional que atua nessa área tem uma percepção sobre suas condições de trabalho, mas para estruturarmos uma política de educação museal alinhada à PNEM, uma política setorial, precisamos, de dados e informações para formulação de um programa alinhado à realidade local e às potências e fragilidades do setor. O Sistema Estadual de Museus do Ceará possui uma base de informações que pode ser o ponto de partida, sendo necessária maior difusão desse sistema nos municípios, parcerias com órgãos públicos e até mesmo a presença desse sistema nas Secretarias de Cultura dessas cidades como estratégias de abrangência e alcance desses públicos, espaços e equipamentos.

Compreendendo a vocação educativa dos museus e a necessidade de diálogo dos profissionais de educação museal com diferentes setores internos e externos de seus locais de atuação, o 5º Fórum também disponibilizou um grupo de trabalho em educação museal, com mediação realizada por mim (pela REM-CE) e por Adson Pinheiro, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM.

Neste encontro contamos com a presença de 24 pessoas entre mediadores e interessados, atuantes em Fortaleza e Região Metropolitana. Muitos que participaram já integravam a REM-CE, permitindo maior fluidez e fluxo de comunicação e diálogo. A Rede de Educadores de Museus do Ceará preparou-se previamente para esse momento, realizando encontros pré-fórum e produzindo formulários com informações relevantes para o evento.

É importante nesse momento contextualizarmos a REM-CE para compreender sua atuação e sua presença no evento. A Rede de Educadores de Museus do Ceará foi criada em 2008, com o intuito de aproximar os educadores do estado e compartilhar práticas e experiências em ação educativa. O contexto museal de criação da REM-CE era diverso do atual, com educadores em sua maioria fragilizados em seus vínculos empregatícios, sem espaço para pesquisa e preparação das atividades e sem voz dentro dos espaços, na construção positiva, no desenvolvimento de ações e na comunicação interna e

externa, sem reconhecimento da importância desses profissionais, cuja ideia de gestão educativa era sequer cogitada. Pouco se falava de condições de trabalho salubres ou saudáveis, assim como eram poucas as possibilidades de crescimento profissional. Ao longo dos 15 anos de existência, a REM-CE acompanhou evoluções no perfil do educador e da área, buscando dar suporte às discussões desse âmbito, criando espaços de fala, seminários, encontros e publicações, em parceria com instituições como o Museu do Ceará e o Sobrado Dr. José Lourenço.

A REM-CE chega em 2023, em outro contexto, sendo necessário reestruturar-se e se alinhar às novas demandas do segmento. A rede reconhece os avanços, mas também identifica permanências e entraves que atravessaram essa década e meia de atuação. Considerando essa trajetória, A REM-CE também foi chamada para mediar grupos de trabalho no I Encontro Nacional de Educação Museal – I EMUSE, ocorrido três meses antes do 5º Fórum Estadual, gerando, portanto, subsídios aos diálogos que foram aprofundados no Fórum. Por isso a REM-CE reuniu-se antes do Fórum, agregando as experiências do I EMUSE e reconhecendo o GT do 5º Fórum Estadual como momento propício de difusão dos assuntos discutidos e levantamento de novas demandas.

Antes do evento, a REM-CE reuniu-se duas vezes de forma on-line, buscando levantar temas e assuntos que pudessem ser abordados durante o grupo de trabalho. Foi criado um formulário on-line, com itens solicitando questões norteadoras do encontro, se o respondente atua no setor museal e em que área, se gostaria de deixar o nome. Quinze pessoas responderam o formulário com diversos temas e demandas que foram apresentados a todos no dia do GT de Educação Museal. As respostas vinham de educadores museais, museólogos, pesquisadores e pessoas interessadas no tema.

As principais demandas deferidas pelo grupo foram: necessidade de mais formações internas para o setor educativo, necessidade de especializações e formações de nível superior para educadores museais de forma presencial ou online; construção conjunta da gestão dos espaços e dos educativos de estratégias para formação de público e aproximação de comunidades periféricas da cidade e de bairros e grupos sociais em situação de vulnerabilidade; revisão da jornada de trabalho atualmente muito focada no atendimento ao público e com pouco tempo para pesquisa, intercâmbio e troca de experiências, além de falta de tempo para preparação voltada às ações programadas; valorização do educador museal, definição e inclusão da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO; fiscalização

para que sejam evitadas e combatidas quaisquer condutas antiéticas e de assédio moral e sexual.

Ao longo do encontro do grupo de trabalho, essas demandas foram discutidas e elencadas como prioridade de atenção. Ressaltou-se também a importância de uma representação de Educação Museal no Conselho de Patrimônio do Ceará e assegurar participação efetiva da REM-CE no âmbito do Sistema Estadual de Museus do Ceará, colaborando com a administração pública no mapeamento e perfil da educação em museus no Estado. Pontuou-se que os educadores sociais estavam buscando sua classificação na CBO e que poderíamos nos juntar ao processo para fortalecimento do processo, cuja classificação poderia contemplar os educadores museais, evitando serem contratados com nomenclaturas que divergem da função exercida.

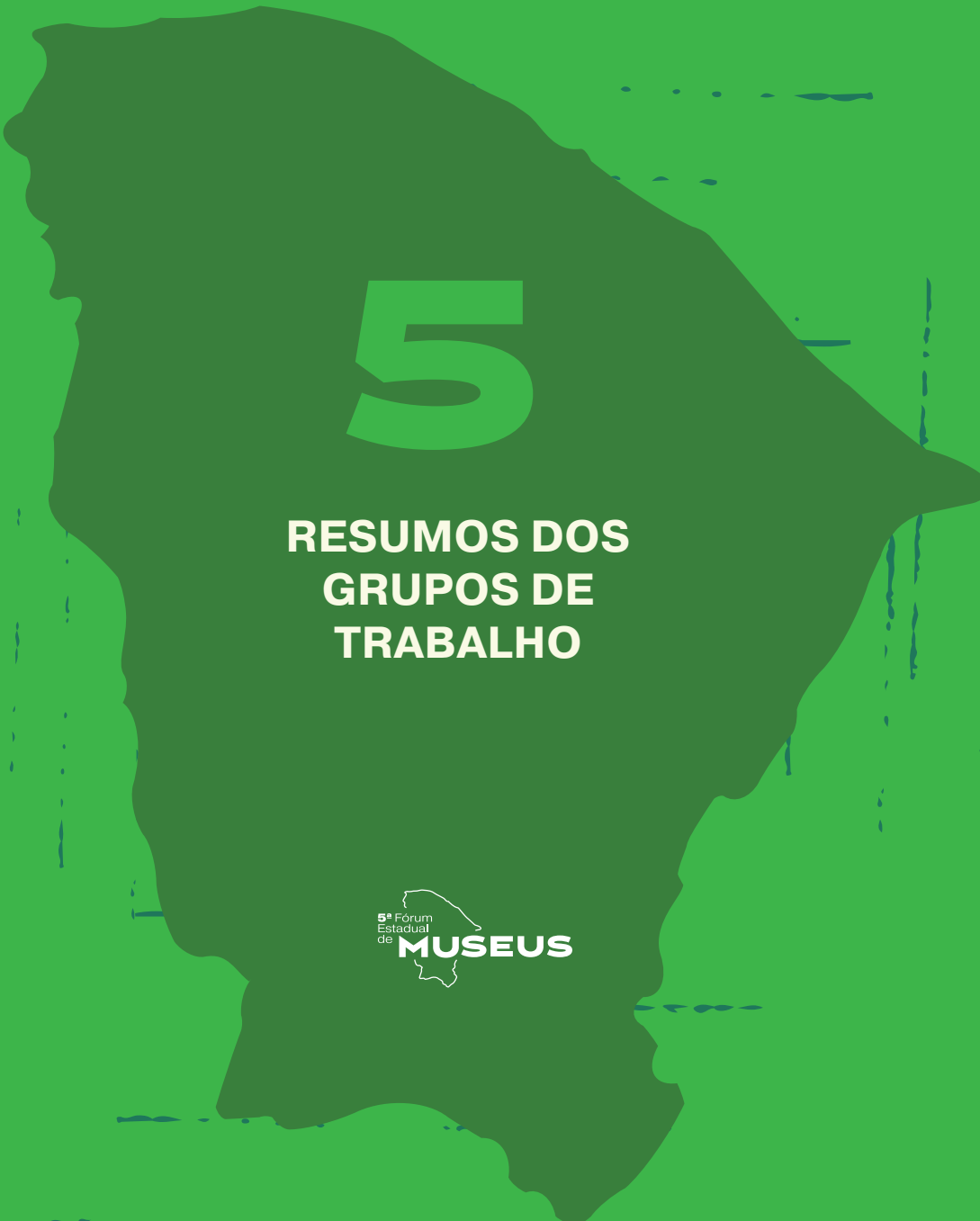
É importante destacar também a necessidade de estabelecer um canal de ouvidoria que seria vinculado ao Sistema Estadual de Museus do Ceará, assim como criar indicadores e estratégias que assegurem ambiente organizacional propício à atuação do profissional educador. Não possuímos informações que possam servir de base para a discussão, mas o coletivo do grupo de trabalho identificou várias questões entre os presentes relativas ao ambiente de trabalho não acolhedor ou propício à atuação dos educadores.

Além das demandas, durante o diálogo surgiram preocupações que perpassam as reivindicações do setor, como a necessidade de divulgação da Política Nacional de Educação Museal, para que as atividades educativas desenvolvidas se alinhem à política brasileira setorial vigente. Muitos educadores e educadores desenvolvem seus planos de ação sem pesquisar e estudar a PNEM, assim como muitos museus desenvolvem seus planos museológicos sem utilizar a PNEM como referência. Compreendendo a luta do setor museal e a necessidade de trabalharmos com os documentos construídos coletiva e colaborativamente, é urgente a divulgação e inserção do documento norteador dessa política nas ações educativas dos museus e espaços culturais cearenses.

É também anseio de todos horizontalizar as relações profissionais nos espaços culturais e museais, além de pensar em políticas de fomento ao setor educativo e as possibilidades de se incluir o núcleo de educação em todas as etapas de construção das políticas e programas dos equipamentos e espaços, reconhecendo o trabalho que esses profissionais realizam e as contribuições que podem trazer, potencializando a pluralidade de narrativas, possibilitando formação e aproximação dos públicos a partir do trabalho dos educadores museais.

As discussões e demandas do setor educativo museal foram registradas em Ata do Grupo de Trabalho, enviado ao Sistema Estadual de Museus do Ceará para apreciação e para referência na construção de políticas setoriais de museus e de educação museal. O 5º Fórum Estadual de Museus ocorreu em momento oportuno para o setor educativo de museus e espaços culturais do país, intensificando as discussões, reflexões e análises do segmento educativo e seus intercruzamentos com outros setores museais e culturais. Há mais de 10 anos não ocorria o fórum, gerando lacunas de espaços de escuta, de discussão e de atualizações do campo museal cearense. É essencial pensar a continuidade desses espaços de diálogo e não permitir esmorecer as discussões e a busca de resolução de questões que visam fortalecer o campo museal cearense.



A large, dark green silhouette of the map of Brazil is centered on a light green background. Inside the map, the number '5' is written in a large, bold, light green font.

5

RESUMOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

5º Fórum
Estadual
de **MUSEUS**

GT 1 | POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO MUSEAL



Mediação: Cristina Holanda (Diretora do Museu Ferroviário)

Relatoria: Aline Lima (Chefe do Departamento de Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Ceará).

O que fazer para retomar o protagonismo do Sistema Estadual de Museus - SEM/CE?

Foi com esta pergunta que o Grupo de Trabalho se reuniu na tarde do dia 26 de outubro, nas dependências do Museu da Imagem e do Som. A mediação do Grupo ficou por conta de Cristina Holanda, historiadora e com longa experiência em gestão de museus, e a relatoria foi de Aline Lima. Das discussões participaram funcionários da Secult, gestores e funcionários de espaços museais de Fortaleza. Foi relatado o contexto geral das políticas públicas atuais e os caminhos possíveis para uma melhor atuação no setor, com maior integração e representatividade nas 14 macrorregiões do estado.

Sobre o contexto, foi relatado que o Sistema Estadual de Museus do Ceará inicialmente foi pensado a partir do Museu do Ceará, que funcionou como

um espaço físico de referência e a expertise de seu corpo técnico como articuladores das ações da Secretaria de Cultura para o setor. Foi a partir deste espaço que se organizaram cursos formativos em parceria com o IBRAM, visitas técnicas, apoio na realização de ações. Assim, o fechamento do Museu ao público teve implicações significativas na dinâmica do Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE), especialmente, pelo Museu desempenhar um papel central na articulação e referência para os demais museus do estado.

O contexto nacional desfavorável ao fomento da cultura foi outro desafio significativo. A cultura foi afetada por mudanças políticas e econômicas, o que levou a uma diminuição considerável no investimento e apoio do governo federal. Restrições orçamentárias, cortes de recursos e mudanças nas políticas culturais afetaram diretamente a capacidade do SEM/CE de operar de maneira eficaz.

A convocação dos aprovados no concurso da Secult, em 2018, foi um momento importante para se ter hoje um grupo de servidores públicos com especialização em museus, que estão a encampar a retomada do SEM. A criação da Rede de Equipamentos Culturais da Secult, que engloba os espaços da Secult geridos por ela e pelas Organizações Sociais parceiras, foi citado como um fato novo que pode e deve ser considerado ao pensar a reformulação e retomada do protagonismo do Sistema Estadual de Museus.

Após esta contextualização foram apresentados contrapontos com base na experiência de gestão de alguns participantes. Sempre com o foco no fortalecimento do Sistema. Nesta etapa da discussão, foi possível observar o processo de construção das propostas que envolveu a participação ativa de todos os presentes. A validação foi feita de forma consensual, com a leitura das propostas e a realização de esclarecimentos, quando necessário. Esse foi um indicativo de que as propostas refletem as ideias e contribuições coletivas, o que fortalece o compromisso com o acompanhamento e o apoio para a implementação das iniciativas.

Propostas

- 1** Realizar debate interno na Secult entre o Sistema Estadual de Museus e a Rede de Equipamentos Culturais do Estado;
- 2** Identificar o que cada museu da Rede de Equipamentos pode contribuir com o Sistema Estadual de Museus;
- 3** Criar um programa de integração/formação dos museus do estado com a execução por meio dos museus da Rede de Equipamentos Culturais do Estado;
- 4** Reformular a lei do Sistema Estadual de Museus de 2005;
- 5** Articular com associações de municípios, DiCultura, Fóruns de Cultura e universidades para a reestruturação do Sistema Estadual de Museus;
- 6** Fomentar a criação de Redes temáticas regionais e fortalecer as existentes;
- 7** Definir que o representante do setor de museus no Conselho Estadual de Políticas Culturais, ao ser eleito, se torne um membro nato do Sistema Estadual de Museus.

GT 2 | GESTÃO DE MUSEUS E INCLUSÃO SOCIAL



Mediação: Raquel Caminha (Orientadora de Célula do Museu do Ceará)

Relatoria: Hildebrando Maciel Alves (Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio e Memória /UFC-CNPq).

As atividades do GT 2 foram realizadas sob a mediação de Raquel Caminha, Doutora em História Social (UFC), historiadora da Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT-CE), e atual diretora do Museu do Ceará (MUSCE). A relatoria da atividade ficou sob a responsabilidade de Hildebrando Maciel Alves, Doutorando em História Social (UFC), professor do curso de História da UECE (Campus Quixadá), e membro da equipe de produção do 5º Fórum Estadual de Museus.

Realizado no espaço multiuso do Museu da Imagem e do Som (MIS), o GT2 contou com a presença de participantes oriundos de diversos equipamentos museais (Museu do Ceará, Pinacoteca do Ceará, Museu da Cultura Cearense, dentre outros). Realizamos um profundo debate acerca da função social do museu frente às populações invisibilizadas (negros, mulheres, LGBTQIAPN+, população em situação de rua, PcD).

Em um primeiro momento, Raquel Caminha apresentou um conjunto de elementos que subsidiaram os debates. Ressaltamos, dentre os vários aspectos, a necessidade de compreender os territórios dos museus e suas particularidades. A partir do diagnóstico das características dos respectivos equipamentos museais, bem como das demandas da comunidade do entorno, é imperativo reconhecer e fazer dos museus espaços potencializadores de transformações sociais. Uma perspectiva dessa natureza exige que realizemos a seguinte reflexão: qual o mote das ações museais? Suas coleções? As demandas sociais?

As posições museológicas da instituição, por sua vez, devem ser atravessadas pela construção de um conhecimento crítico, o que só consegue ser efetivado por meio de reflexões sobre as práticas desenvolvidas no âmbito do museu, assim como pela inserção da comunidade na construção de novas museologias.

Na esteira dessas questões, o debate sobre representatividade, sentimento de pertencimento, inclusão social e acessibilidade, foram evidenciados de forma constante pelos participantes. A busca por descolonizar os museus, inspirados nas proposições da historiadora Françoise Vergès, em *Descolonizar o museu: programa de desordem absoluta* (2023), nos demanda a compreensão de que as instituições museais não são espaços neutros. Frutos de processos de escolhas, os museus devem ir para além da dimensão da representatividade. Construir sentimentos de pertença, por parte dos mais variados grupos sociais que constituem a sociedade, é um dos passos para garantirmos a inclusão social e a democratização da cultura, por meio dos museus.

Compreendendo os tópicos acima destacados, bem como a necessidade de estabelecermos as diferenças entre desenvolvimento de público e inclusão social, sistematizamos o diagnóstico e as propostas elaboradas no âmbito do GT 2:

Propostas

- 1** Criação de um Comitê Gestor de Acessibilidade para Museus e Equipamentos culturais;
- 2** Realização de um seminário voltado para acessibilidade em museus; (Pré-condição para a criação do comitê);
- 3** Elaboração de um diagnóstico de acessibilidade dos equipamentos da RECE;
- 4** Debater, no âmbito do Fórum Nacional de Museus, a ser realizado em 2024 no Ceará, de forma a torná-lo acessível e inclusivo;
- 5** Estabelecer ações de acessibilidade para o acervo/documentação museológicas;
- 6** Garantir que a acessibilidade seja um elemento estruturante da gestão dos museus do Ceará;
- 7** Garantia de espaços de acessibilidade nos museus (sala de edição, sala de vídeo)
- 8** Qualificar o processo de divulgação dos eventos no campo dos museus, de forma a torná-los acessíveis;
- 9** Parceria com associações de PcD para elaborar atividades nos museus, assim como para inclusão desse público nos espaços museais;
- 10** Elaboração de uma Lei Estadual de Acessibilidade em Museus / Lei Estadual de Conservação de Acervo;
- 11** Realização de inventários participativos em torno dos acervos dos museus;
- 12** Garantia de uma rubrica específica para acessibilidades nos Contratos de Gestão e no PPA da SECULT-CE dos equipamentos museais;
- 13** Contratação de profissionais com conhecimento qualificado em acessibilidade e diversidades.

GT 3 | EDUCAÇÃO MUSEAL



Mediação: Natália Maranhão (Rede de Educadores de Museus do Ceará)

Relatoria: Adson Rodrigo (Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória /UFC - CNPq)

A discussão do Grupo de Trabalho (GT) em questão teve início às 14h50 e representou um momento importante para a discussão de demandas e desafios enfrentados no campo da Educação Museal. O GT se reuniu com o objetivo primordial de identificar e promover o debate acerca das necessidades e obstáculos existentes nesse segmento, buscando levantar problemas e soluções que possam contribuir para a melhoria da profissionalização, valorização e atuação das/des/dos educadores em museus.

O debate teve início mediante uma breve introdução, na qual a coordenadora do Grupo de Trabalho, a historiadora Natália Maranhão, enfatizou a significativa importância do Fórum em pauta, destacando a contribuição essencial deste grupo na reflexão acerca das políticas voltadas para o setor educativo passíveis de serem formuladas em prol do fortalecimento do Sistema Estadual de Museus.

Previamente à realização da reunião, um formulário hospedado na plataforma Google Forms foi disponibilizado no grupo de WhatsApp da Rede de Educadores Museais do Ceará (REM CE). Esse formulário abordava questões como os desafios enfrentados pelo setor da Educação Museal no Ceará, as demandas que deveriam ser prontamente consideradas visando o fortalecimento do setor museal no estado e as possíveis soluções para os desafios, bem como os encaminhamentos das demandas do setor.

Ao longo do encontro, emergiram uma série de demandas e desafios significativos na área de educação museal que partiram das respostas do formulário, mas também de olhares individuais da experiência de cada um dos presentes. Estas demandas foram coletadas junto aos 22 participantes do evento e sistematizados pelo relator do GT, o historiador Adson Pinheiro, que elencou, após ouvir todos os presentes, os pontos seguintes.

O primeiro tópico, amplamente destacado e um dos mais enfatizados, aborda a necessidade de profissionalização da área educativa nos museus, bem como a organização do setor educativo com a presença de profissionais especializados. No que diz respeito a essa questão, há uma constante demanda pela formalização da posição do Educador e pelo reconhecimento de sua importância nas instituições, a fim de evitar sobrecarga de funções que muitas vezes não guardam sequer relação direta com suas funções.

Além do mais, observa-se que houve uma evolução na contratação de educadores sob o regime celetista, mas há ainda grande presença de educativos compostos inteiramente por estagiários. A existência de estágio no setor é importante para a formação de novos trabalhadores da cultura. No entanto, é relevante ponderar sobre o papel do estagiário como um indivíduo em processo de formação e não como um profissional já plenamente qualificado. É crucial estar ciente da vulnerabilidade do cargo do educador museal devido à ausência de um arcabouço jurídico que reconheça adequadamente a função e os direitos desse trabalhador.

Além disso, a valorização do trabalho do educador é um ponto de destaque, podendo ser promovida por meio da implementação de incentivos, tais como, melhorias salariais, o estabelecimento de planos de carreira e a oferta de programas de formação contínua. Isso inclui a disponibilização de cursos especializados em arte e educação, assim como a capacitação por meio de cursos específicos relacionados ao campo em questão, como aqueles que abordam o uso de tecnologias e inteligência artificial nos museus.

Simultaneamente, a expansão das ferramentas de comunicação assume uma relevância significativa na divulgação de formações e eventos pertinentes ao âmbito dos museus, direcionados aos educadores e profissionais. Isso é especialmente ressaltado como um elemento de extrema relevância para a ampla disseminação do conhecimento e para o aprimoramento do setor. Uma consideração importante a ser ponderada diz respeito à possibilidade de liberar o profissional para realizar estudos durante sua jornada de trabalho regular.

Neste contexto, destaca-se a importância da melhoria do ambiente de trabalho e das relações laborais. Há uma reivindicação por espaços dedicados à escuta dos educadores, bem como a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa dos ambientes de trabalho, com o propósito de preservar a saúde e promover um convívio harmonioso no local. Essa supervisão pode ser efetivada por meio da criação de uma ouvidoria ou de outro setor de acompanhamento dedicado a essa finalidade, vinculado a um órgão ou sistema.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de estreitar os laços e promover a colaboração entre as instituições museais e as universidades. Existe uma preocupação no que concerne à dificuldade de acessar informações sobre os museus, o que, por sua vez, dificulta a condução de pesquisas abrangentes no campo. A existência limitada de dados disponíveis para compreender a área de forma holística resalta a importância de estabelecer uma cooperação efetiva entre essas Entidades, uma ação que poderia enriquecer significativamente as pesquisas.

Ademais, é imperativo enfatizar a necessidade de coordenação e colaboração entre as instituições de ensino básico e as comunidades em conjunto com os museus, um tema recorrente. A integração da temática da educação em espaços museais na formação de professores do ensino básico e o estabelecimento de uma ligação horizontal no processo de capacitação entre as escolas e os museus, por meio de programas de formação conjunta e encontros, desempenham um papel crucial.

Essa abordagem também pode contribuir para a promoção de um desenvolvimento participativo de planos educacionais, envolvendo ativamente as comunidades, bem como instituições de ensino formais e informais. Logo, é de extrema relevância considerar a criação de um currículo comum, viabilizando uma formação contínua para os educadores museais.

A institucionalização é um tema central quando se trata de contemplar a atuação dos profissionais da Educação Museal. Isso inclui garantir a presença de um representante da Educação Museal no Conselho de Patrimônio do Estado do Ceará, assegurar a participação efetiva da Rede de Educadores Museais do Ceará (REM CE) no âmbito do Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM), bem como colaborar com a administração pública na elaboração de um mapeamento mais abrangente do perfil do educador e da educação museal no Estado.

Além disso, é crucial estabelecer um diálogo eficaz entre as pastas responsáveis pela Cultura e Educação, o qual pode ser viabilizado pelo Sistema, por exemplo, através da disponibilização de transporte. É importante reconhecer o papel vital da REM CE como um instrumento para amplificar a voz coletiva do grupo, documentando sua trajetória e criando canais de acompanhamento para o funcionamento interno dos museus. Isso pode ser realizado por meio de uma instância mediadora que permita ouvir e acompanhar os profissionais de museus, no âmbito do Sistema de Museus.

Outras questões de natureza interna e administrativa das instituições foram debatidas, incluindo a necessidade de promover um maior intercâmbio entre os departamentos educativos dos museus e outros setores, aprimorar a comunicação interna entre os diversos departamentos dos museus para destacar a importância do papel educativo desempenhado pela instituição, e sensibilizar o público interno acerca do relevante papel educativo desempenhado pelo museu.

Após considerar todas as demandas, procedemos à divisão das pessoas em três eixos principais, com base nas questões apresentadas: 1. Formalização e Profissionalização; 2. Redes, parcerias e articulação dos educativos; e 3. Condições de trabalho e valorização profissional. Em seguida, cada grupo foi orientado pela coordenação do GT a selecionar as três principais demandas de seu respectivo eixo, a partir das necessidades identificadas. Com base nessa seleção, organizamos os resultados em objetivos a serem alcançados, conforme apresentado a seguir.

Propostas

Formalização e Profissionalização

- 1** Estabelecer termos de contratação sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), introduzindo a criação do cargo de educador e delineando de maneira precisa as responsabilidades a fim de formalizar a atuação profissional, alinhando-se ao que está sendo discutido em relação ao educador social em nível federal;
- 2** Assegurar a participação dos educadores em formações e cursos como parte integrante de sua carga horária e de suas responsabilidades nas instituições;
- 3** Proporcionar à Rede de Educadores Museais (REM) uma representação no âmbito do Sistema Estadual de Museus (SEM) com o intuito de promover um estreitamento mais substancial entre a sociedade civil e o poder público.

Redes, parcerias e articulação dos educativos

- 1** Reestruturar a REM visando uma maior integração do campo e suporte do poder público estadual, bem como rearticular a REM com várias estâncias em nível federal;
- 2** Implementar uma política estadual de educação museal que estabeleça diretrizes para promover e assegurar a presença de programas educativos nos espaços museais;
- 3** Realizar um mapeamento de ações educativas realizadas nos museus, bem como identificar e promover a organização de profissionais dessa área e iniciativas de fomento e financiamento ao campo.

Condições de trabalho e valorização profissional

- 1** Estabelecer um canal de ouvidoria vinculado ao Sistema Estadual de Museus (SEM);
- 2** Estabelecer salas dedicadas exclusivamente ao bem estar do educador, proporcionando espaços para descanso e guarda de materiais pessoais.
- 3** Desenvolver estratégias de acolhida que incluam vestuário apropriado, integração gradual no ambiente de trabalho e tempo para adaptação.

Após a exposição na sessão plenária final, nossa expectativa é que as demandas se convertam em políticas públicas para o setor, buscando uma maior proximidade com o Sistema Estadual de Museus (SEM) e uma participação cada vez mais significativa nas discussões no âmbito estadual. Assim, almejamos que o próximo Fórum nos permita acompanhar os progressos diante dos desafios que enfrentamos e avançar em novas discussões e ações.

GT 4 | MUSEOLOGIA SOCIAL E DIVERSIDADE



Mediação: Janaína Ilara (Orientadora de Célula do Arquivo Público – CE)

Relatoria: Luiza Helena Amorim Coelho Cavalcante (GEPPM /UFC- CNPq)

Com apenas dez participantes, mas representando diversas frentes de atuação – de museus comunitários e pontos de memória (Museu da Boneca de Pano, Rede Indígena de Memória e Museologia Social, Rede Cearense de Museus Comunitários e Ponto de Memória do Bom Jardim), pesquisadores e servidores de instituições públicas (Museu da Imagem e do Som, Museu do Ceará, Arquivo Público e Centro de Memória da Fazenda) – tivemos uma discussão pautada na importância de buscar estratégias para fortalecer a atuação em Rede.

Segundo Janaína Ilara e Liduina Rodrigues, do Museu da Boneca de Pano, a escolha desse modo de atuação coletiva justifica-se, entre outros motivos, por oferecer frentes de atuação mais potentes e eficazes diante dos desafios postos, principalmente, em termos de políticas públicas e articulação. Adriano Almeida, do Ponto de Memória do Bom Jardim, ressaltou a importância de se criar uma política de fomento para as redes de museus comunitários em

uma perspectiva de direito à memória e de garantia do estado democrático de direito. A ideia de formar parcerias entre as redes e outras instituições foi desenvolvida de forma colaborativa. Izabel Gurgel, pesquisadora de acervos, chamou atenção para a criação da Procult (Universidade Federal do Ceará) como um possível aliado no compartilhamento de conhecimentos técnicos.

O Sistema Estadual de Museus foi um ponto importante debatido, inclusive, como conseguir incluir todas as experiências museais do Ceará. É válido destacar a fala de João Paulo Vieira, assessor da Rede Indígena de Memória e Museologia Social. Segundo ele, há uma necessidade de pensar em novas metodologias de mapeamento e diagnóstico das experiências de museologia social no estado, já que há uma dificuldade de acesso à internet principalmente dos representantes de museus de base comunitária.

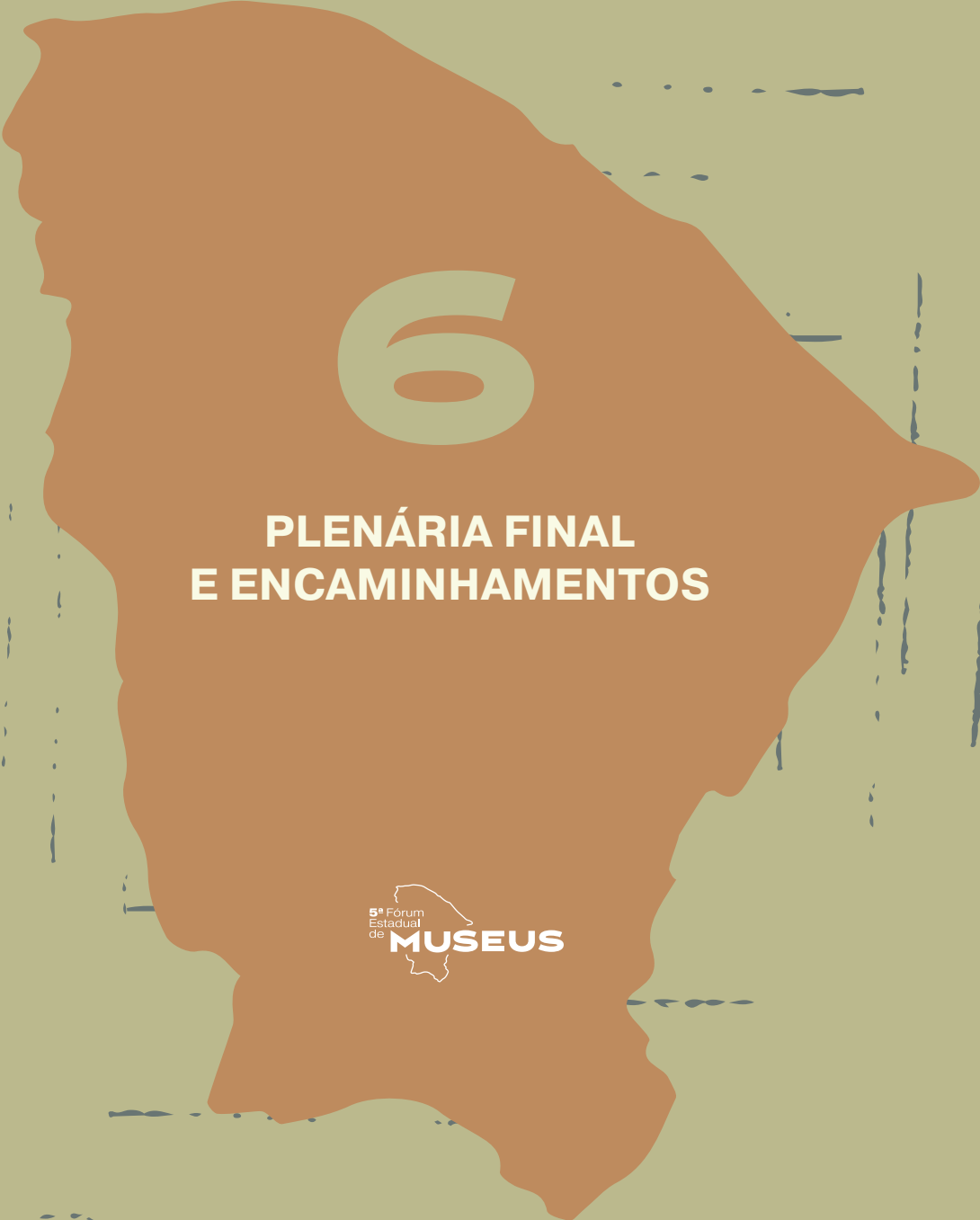
Apona que o Ceará ainda tem um caminho importante a percorrer na universalização do acesso e que se faz necessário adotar estratégias específicas para a inclusão digital das populações mais vulneráveis. Janaína Ilara respondeu que a Secult está ciente das lacunas desses dados, por isso, realizou o cadastro estadual de museus. Ele sugeriu que fossem feitas visitas técnicas nas regiões para garantir o registro daqueles museus que por algum motivo (problemas técnicos ou tecnológicos) não conseguiram se cadastrar.

O único ponto polêmico foi a proposição n.5: “Garantir a presença física de representantes das redes e dos museus comunitários nos Fóruns Estaduais de Museus”. Janaína Ilara questionou que se for garantir a presença de um segmento de museus, o estado tem que garantir para todos. A relatoria sugeriu o lançamento de um edital que pudesse contemplar recursos financeiros para que representantes de museus pudessem se deslocar para a capital ou outros estados a fim de participar desses eventos. Adriano Almeida rebateu que os editais são excludentes. Mesmo sem todos os membros do GT concordarem com esse ponto, decidiu-se manter a proposição como uma ideia a ser amadurecida futuramente. Os seguintes pontos foram apresentados na plenária:

Propostas

- 1** Solicitar assento das Redes (de Educadores, LGBTQIA +, Indígena e de Museus Comunitários) no Sistema Estadual de Museus;
- 2** Criação de edital de fomento para articulação das Redes de memória e Museologia Social;
- 3** Criação de uma Política Pública de fomento para museus comunitários e pontos de memórias;
- 4** Alinhamento entre as políticas municipal, estadual e federal de Ponto de Cultura e Ponto de Memória;
- 5** Garantir a presença física de representantes das redes e dos museus comunitários no Fórum Estadual de Museus;
- 6** Tornar as metodologias de mapeamento da realidade da Museologia Social mais acessíveis;
- 7** Criação de uma política intersectorializada que envolva os setores da cultura e educação para a formação de público, difusão e trilha dos museus;

- 8** Criação de Trilhas de Museus reunindo iniciativas populares em memória social e museologia social, pontos de memória e museus comunitários com subsídio público. A partir dessas trilhas, estabelecer mecanismos de parcerias políticas intersetoriais nas dimensões da cultura, da educação, do turismo e do desenvolvimento econômico em nível estadual e municipal;
- 9** Paralelos aos fóruns estaduais de museus realizar as Teias das Memórias;
- 10** Criação de um programa de formação em Museologia Social;
- 11** Realizar um termo de cooperação técnica entre a Procult (UFC) e o Sistema Estadual de Museus passando pela Coordenadoria de Formação da Secult-CE (CCFOR).

A large, solid orange silhouette of the map of Brazil is centered on a light beige background. The map is slightly tilted to the right. The number '6' is printed in a light green color over the upper part of the map.

6

**PLENÁRIA FINAL
E ENCAMINHAMENTOS**

5º Fórum
Estadual
de **MUSEUS**

A small white outline map of Brazil is positioned to the right of the text '5º Fórum Estadual de'.

PLENÁRIA FINAL

As discussões sobre o campo museal iniciaram antes do período de realização do 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará, a partir da realização de cursos preparatórios que tiveram como objetivo contribuir para a qualificação de profissionais de museus, representantes de coletivos, estudantes e pesquisadores do campo. Os temas das discussões focaram em: Gestão e Planejamento, Legislação museal e Participação Social e Diversidade e Acessibilidade. A ideia de promover os cursos como uma forma de pré-fórum teve a finalidade de propiciar a retomada do SEM/CE no processo de formação referente às diretrizes e aos procedimentos técnico-científicos para orientação de atividades inerentes aos museus.

Durante 03 (três) dias do Fórum Estadual de Museus (25 a 27 de outubro de 2023) estiveram reunidos profissionais de museus, representantes de redes do setor museal, pesquisadores e estudantes para discutir e deliberar sobre as principais questões relativas ao setor museal - Políticas Públicas, Gestão de Museus, Inclusão Social, Museologia Social e Educação Museal. O 5º FEM/CE proporcionou o encontro do campo museal, viabilizando a articulação do setor, como redes temáticas, instituições museológicas e diversos profissionais de museus, bem como assegurando a participação social. No dia 26 de outubro ocorreu a finalização do 5º FEM/CE, na qual foram apresentados os resultados dos Grupos de Trabalho (GT) e estabelecidos os encaminhamentos gerais.

Os relatores de cada GT apresentaram os principais assuntos que foram discutidos coletivamente. O Grupo de Trabalho desempenha um papel crucial na articulação com a sociedade civil, assegurando a participação social no 5º Fórum Estadual de Museus e possibilitando o diálogo entre a comunidade museológica, os museus cearenses e os órgãos de gestão pública.

A relatora do GT1 Políticas Públicas para o Campo Museal destacou a necessidade de reformulação da Lei do Sistema Estadual de Museus do Ceará, uma vez que esta data de 2005. A proposta é que a lei de criação do SEM/CE tenha uma compatibilização com a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará (Lei nº 18.012/22).

Em relação ao GT2 Gestão de Museus e Inclusão Social, os participantes evidenciaram os seguintes pontos: representatividade, sentimento de pertencimento, inclusão social e acessibilidade.

O GT3, que debateu o tema da Educação Museal, elencou as demandas urgentes que devem ser consideradas visando o fortalecimento do setor museal no estado do Ceará. As principais demandas são: profissionalização da área educativa nos museus, organização do setor educativo e valorização da profissão de educador museal por meio da implementação de incentivos, tais como melhorias salariais, estabelecimento de planos de carreira e oferta de programas de formação contínua.

No GT4, Museologia Social e Diversidade, a relatora ressaltou a importância de se criar uma política de fomento para as redes de museus comunitários em uma perspectiva de direito à memória e de garantia do estado democrático de direito. Destacou a necessidade de pensar em novas metodologias de mapeamento e diagnóstico das experiências de museologia social no estado.

A equipe do Sistema Estadual de Museus do Ceará finalizou a plenária final com a apresentação dos seguintes encaminhamentos do 5º Fórum Estadual de Museus do Ceará:

- 1** Atualizar a legislação do SEM/CE para a compatibilização com a legislação cultural em âmbito federal e estadual (Lei Orgânica da Cultura).
- 2** Fortalecer o Sistema Estadual de Museus do Ceará, consolidando-o como sistema de participação social, integrado ao Sistema Estadual da Cultura (SIEC).
- 3** Consolidar o Fórum Estadual de Museus do Ceará como um evento estruturante da SECULT/CE com realização bianual.
- 4** Garantir a presença efetiva de representantes de redes temáticas e demais coletivos do campo museal cearense no Fórum Estadual de Museus do Ceará.

Realização



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA

SEM - CE
Sistema Estadual
de Museus do Ceará

Apoio



Sobrado
Dr. José Lourenço



**Museu
Ferroviário**
ESTAÇÃO JOÃO FELIPE



MUSEU
DA IMAGEM
E DO SOM
CE

**instituto
mirante**



Produção



Parceria

GEPPM
grupo de estudos
e pesquisas em
patrimônio
e memória